



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC  
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO  
CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
CENTRO DE TREINAMENTO E DESENVOLVIMENTO – CETREDE  
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA/SENASP  
ESPECIALIZAÇÃO EM POLICIAMENTO COMUNITÁRIO – TURMA I**

**JOSÉ BISPO DE MORAES NETO**

**RONDA ESCOLAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE  
FORTALEZA: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA ROPE O  
CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO  
FUNDAMENTAL JOSÉ AYRTON TEIXEIRA**

**FORTALEZA/CEARÁ  
JANEIRO/2010**

**JOSÉ BISPO DE MORAES NETO**

**RONDA ESCOLAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE  
FORTALEZA: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA ROPE  
O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO  
FUNDAMENTAL JOSÉ AYRTON TEIXEIRA**

Monografia apresentada para a conclusão do curso de Especialização em Policiamento Comunitário, pela Universidade Federal do Ceará (UFC), sob a orientação do Professor Mestre Leonardo Damasceno de Sá.

FORTALEZA/CEARÁ  
JANEIRO/2010

JOSÉ BISPO DE MORAES NETO

**RONDA ESCOLAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS DE  
FORTALEZA: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA ROPE  
O CASO DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO  
FUNDAMENTAL JOSÉ AYRTON TEIXEIRA**

Esta monografia foi submetida à Coordenação do Curso de Pós Graduação, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Especialização em Policiamento comunitário, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC e Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP e encontra-se à disposição dos interessados na Biblioteca da referida Universidade.

A citação de qualquer trecho desta monografia é permitida, desde que feita de acordo com as normas de ética científica.

Data da aprovação \_\_\_/ \_\_\_/ \_\_\_

_____	<b>Nota</b>
<b>Prof. Mestre Leonardo Damasceno de Sá</b> <b>Prof. Orientador</b>	_____
_____	<b>Nota</b>
<b>Prof. (a)</b> <b>Membro da Banca Examinadora</b>	_____
_____	<b>Nota</b>
<b>Prof. (a)</b> <b>Membro da Banca Examinadora</b>	_____

*Aos meus pais, Manoel (in memoriam) e Anália, com amor perene. Graças a vocês dois, que sempre fizeram de tudo, muitas vezes com grande sacrifício, para me amparar, apoiar e socorrer em todos os momentos, bons e ruins, tenho hoje plena certeza que na vida há princípios, valores, causas e pessoas pelas quais tudo vale a pena, inclusive lutar e até morrer se preciso for.*

## AGRADECIMENTOS

A minha esposa Marilane Abreu e aos meus dois filhos, Lorena e Murilo, que comigo também aprenderam e renovaram seus conceitos de vida e perceberam a importância e a necessidade de estar sempre buscando novos conhecimentos, sacrificando inclusive momentos de lazer.

Aos meus pais, Manoel (*in memoriam*) e Anália, por seu exemplo de dedicação, honestidade e amor ao próximo, por sempre estarem dispostos a me apoiar, e por serem os melhores avós que meus filhos poderiam ter.

A minha sogra, Eliane e meu sogro Firmino, que colaboraram carinhosamente com os cuidados do meu filho, quando precisei dividi-lo com os estudos.

Aos meus colegas de trabalho, que gentilmente colaboraram para a coleta de dados para a minha pesquisa, muitos, inclusive, trazendo suas contribuições pessoais, sob a forma de material sobre o tema.

Aos Professores, alunos e funcionários da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Ayrton Teixeira, pela colaboração na pesquisa de campo e coleta de dados para esta pesquisa.

Aos diretores e professores das instituições de ensino, pela compreensão, confiança e apoio oferecido.

Aos professores e colegas de turma da pós-graduação em Policiamento Comunitário – UFC, pelo apoio, carinho, respeito e camaradagem.

Ao Professor Mestre Leonardo Damasceno de Sá, sob cuja orientação desenvolvi este trabalho de forma serena e segura.

*“O objetivo de qualquer política pública para a área de segurança não é acabar com a criminalidade, e sim situá-la num limite que não ameace a harmonia social”. (SILVA, 1995)*

## RESUMO

Esta pesquisa foi realizada com guardas que integram o pelotão de ronda escolar da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza, alunos e funcionários da escola de Ensino Fundamental José Ayrton Teixeira. O trabalho tem como objetivo geral avaliar os serviços prestados pelo pelotão de ronda preventiva escolar (ROPE) no tocante a segurança preventiva e ostensiva naquela Escola. Os objetivos específicos estão direcionados a analisar a metodologia e eficácia do pelotão ROPE, junto à Escola, bem como, mensurar o grau de satisfação dos gestores, professores, estudantes e funcionários daquela instituição de ensino com relação à segurança prestada pelo pelotão ROPE. Pretende-se ainda mostrar como se processa os procedimentos práticos quanto às ocorrências e situações adversas na escola e em seu entorno, baseado na legalidade e legitimidade. A fim de entender o serviço de patrulhamento realizado pelo ROPE nas escolas do município de Fortaleza, foi feita junto a Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza uma pesquisa documental buscando compreender sua estrutura, divisão operacional, atribuições e competências. Numa concepção mais ampla discutiu-se a inserção, a participação, a importância e o papel das Guardas municipais no Plano de Segurança pública da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP). A pesquisa qualitativa foi escolhida como abordagem metodológica deste trabalho devido à especificidade de seu objeto, foram analisados os diversos papéis e personagens produzidos na vida dos participantes, relacionando os comportamentos divergências e convergências, na tentativa de diagnosticar problemas e apontar soluções. Concluiu-se que a Ronda Preventiva Escolar possui recursos logístico e afetivo pessoal limitado para oferecer segurança às escolas do município de Fortaleza, fato comprovado nas falas dos entrevistados.

**PALAVRAS-CHAVE.** Processos. Prevenção. Experiência vivida. Violência. Escola. Segurança. População. Cidadania. Direitos Humanos.

## **LISTA DE ORGANOGRAMA**

<b>ORGANOGRAMA 1 – Organograma do pelotão ROPE .....</b>	<b>31</b>
--	-----------

## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b> – Bairros que compõem a secretaria regional I.....	32
<b>FIGURA 2</b> – Bairros que compõem a secretaria regional II .....	32
<b>FIGURA 3</b> – Bairros que compõem a secretaria regional III .....	33
<b>FIGURA 4</b> – Bairros que compõem a secretaria regional IV .....	34
<b>FIGURA 5</b> – Bairros que compõem a secretaria regional V .....	35
<b>FIGURA 6</b> – Bairros que compõem a secretaria regional VI .....	36
<b>FIGURA 7</b> – Área de atuação da ronda escolar .....	37
<b>FIGURA 8</b> – Concentração das Guardas Municipais por região geográfica.....	44

## **LISTA DE TABELAS**

<b>TABELA 1</b> – Tabela de municípios e com existência de guardas municipais, por forma de registro de atendimentos – 2008 .....	42
---	----

## **LISTA DE SIGLAS**

**Cmt** - Comandante

**CECOP** – célula de Comando Operacional

**GMDCF** – Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza

**IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

**PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

**QSI** – Quadro de Subinspetores

**QSE** – Quadro de Supervisores de Equipes

**QPT** – Quadro de Patrulheiros

**QMT** – Quadro de Motoristas

**QMP** – Quadro de Motopatrulheiros

**ROPE** – Ronda Preventiva Escolar

**SENASP** – Secretaria Nacional de Segurança Pública

**SER** – Secretaria Executiva Regional

**SSR** – Serviço de Suporte a Ronda

**SI** - Subinspetor

**Sub-Cmt**- Sub-comandante

**OCDE** - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Economico

**Pel** – Pelotão

**PE** – Pelotão Especial

## SUMÁRIO

LISTA DE ORGANOGRAMA .....	7
LISTA DE FIGURAS .....	8
LISTA DE TABELAS .....	9
LISTA DE SIGLAS .....	10
1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Metodologia aplicada à entrevista .....	14
1.2 Contexto e População.....	17
1.3 Participantes da investigação.....	17
1.4 Instrumentos de coleta e análise de dados.....	18
1.5 Procedimento.....	20
2. CONSIDERAÇÕES INICIAIS: GUARDA MUNICIPAL E DEFESA CIVIL DA FORTALEZA-HISTÓRICO E ESTRUTURA .....	22
2.1 Estrutura operacional da GMDCF.....	22
2.1.1 Patrimonial .....	23
2.1.2 Defesa Civil .....	23
2.1.3 Pelotão Especial .....	24
2.1.4 Pelotão de Salvamento Aquático.....	24
2.1.5 Pelotão de guardas Comunitário.....	25
2.1.5 Pelotão de Ronda Preventiva Escolar (ROPE).....	25
2.2 Porque da criação do ROPE.....	26
2.3 Atribuições e competências do ROPE.....	28
2.4 Divisão política e administrativa da cidade de fortaleza.....	31
2.5 Contextualização da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Ayrton Teixeira..	38
3. PARTICIPAÇÃO DAS GUARDAS MUNICIPAIS NA SEGURANÇA PÚBLICA ....	40
3.1.Inserção das Guardas Municipais na Segurança Pública.....	44
3.2Funções a atribuições comuns às Guardas Municipais .....	47
3.3.Segurança publica e Guarda Municipal na Constituição de 88 .....	47
3.4 A participação do Municípios na Gestão Integrada de Segurança Publica .....	48
3.5 O papel do Município no Plano Integrado de Segurança Publica .....	48
3.6 A importância do Município no Plano integrado Segurança Pública .....	49

4. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS .....	52
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	61
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....	63
ANEXOS .....	66

## 1. INTRODUÇÃO

O objetivo principal deste trabalho é avaliar os serviços prestados pela guarda municipal através do pelotão de Ronda Escolar Junto à Escola Municipal de ensino Fundamental José Ayrton Teixeira no tocante à segurança preventiva e ostensiva naquela escola, seja através de projetos sócio-educativos com o viés em segurança pública, seja através dos seus instrumentos legais como uso legal da força, poder de polícia administrativa entre outros aspectos. Como marco temporal inicial para o estudo proposto, inicialmente relata-se a estrutura organizacional da Guarda municipal e Defesa civil de Fortaleza seu contexto Histórico e sua estrutura, dando ênfase ao pelotão da ronda preventiva escolar (ROPE), no tocante a suas atribuições e competências.

Outro Objetivo é analisar a metodologia e eficácia do pelotão de ronda preventiva escolar (ROPE) da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza, junto à escola de ensino fundamental José Ayrton Teixeira, bem como, mensurar o grau de satisfação dos gestores, professores, estudantes e funcionários daquela instituição de ensino com relação à segurança prestada pelo pelotão ROPE. Pretendo ainda mostrar como se processa os procedimentos práticos quanto às ocorrências e situações adversas na escola e em seu entorno baseado na legalidade e legitimidade.

Uma das relevâncias desse trabalho é o espaço temporal. O pelotão ROPE foi criado em novembro de 2003, e até a presente data ainda não foi realizado nenhum estudo para avaliar os serviços prestados a comunidade escolar pelo pelotão ROPE, surgindo daí a necessidade de uma avaliação quantitativa, como também trazer à luz do questionamento o papel da Guarda Municipal como educadores sociais na prevenção da violência nas escolas sem restringir à sua finalidade original, prevista na Constituição de 1988, que é proteger os serviços, bens e instalações do município.

O método utilizado consiste, inicialmente, com base teórica, através de pesquisa bibliográfica e de artigos publicados em periódicos locais, regionais, além de arquivos disponíveis na rede mundial de computadores. O trabalho de campo será realizado através de entrevistas direcionadas a gestores, professores, alunos e funcionários da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Ayrton Teixeira e guardas municipais pertencentes ao pelotão ROPE. Os dados serão analisados com levantamento estatístico e confecção de gráficos a fim de darem maior visibilidade aos resultados. Com base em elementos apresentados, este trabalho pretende evidenciar que as práticas violentas devem ser estudadas, entendidas como

instrumento catalisador de projetos sociais incorporados à missão das guardas municipais, ou seja, ela deve ser conhecedora dos problemas para saber como agir.

A partir deste questionamento, a hipótese principal deste trabalho é analisar as atribuições e competências, os métodos operacionais e estratégicos, além de ações preventivas desenvolvidas pelo município na área de segurança através da Guarda Municipal junto à Escola Municipal de Ensino Fundamental José Ayrton Teixeira.

Esta monografia está dividida em três capítulos, com a seguinte disposição:

No primeiro capítulo, mostrará um breve histórico, organização, estrutura e competência da Guarda Municipal de Fortaleza, na seqüência será tratado de forma mais particular o pelotão da ronda escolar, objeto de pesquisa deste trabalho. Em seguida mostra-se o porque da criação da ronda preventiva escolar da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza, suas atribuições e competências e a divisão política administrativa do município de Fortaleza em 6 (seis) Secretarias Executivas Regionais (SER).

O segundo capítulo analisa a inserção da guarda municipal como Órgão de segurança Pública e mostra a participação e importância dos municípios no plano Nacional de Segurança Pública, as funções e atribuições das Guardas Municipais e suas competências perante a Constituição de 1988.

O terceiro capítulo do trabalho está direcionado a uma análise dos dados coletados através de pesquisa de campo com entrevistas direcionadas aos alunos, professores e funcionários da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Ayrton Teixeira, como também aos integrantes do Pelotão de Ronda Preventiva Escolar (ROPE) da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza. A pesquisa revelará o índice de satisfação, eficiência e operacionalidade do programa ronda escolar da Guarda Municipal e o resultado da pesquisa será mostrado através de análise qualitativa das entrevistas.

### **1.1 . Metodologia aplicada à entrevista**

A pesquisa qualitativa foi escolhida como abordagem metodológica deste trabalho devido à especificidade de seu objeto, o programa de ronda escolar da Guarda Municipal de Fortaleza, tornando assim possível uma análise profunda e processual desta categoria subjetiva e singular.

O objeto de pesquisa das Ciências Sociais, segundo Minayo (2002), é essencialmente dinâmico, histórico e ideológico, ou seja, essencialmente qualitativo. A pesquisa social trabalha com as expressões humanas inseridas em uma realidade extremamente rica e complexa, o que requer uma metodologia apropriada para tal abrangência.

A pesquisa qualitativa trabalha com significados, motivos, crenças, valores e atitudes compreendidos em espaços complexos de fenômenos e processos, os quais não podem ser reduzidos à esfera quantitativa. Ao aprofundar-se no mundo dos significados de ações e relações humanas, a abordagem qualitativa considera a importância das determinações e transformações dadas pelos sujeitos no processo social.

Gonzalez Rey (2002) relata a importância da metodologia qualitativa no estudo dos processos subjetivos em sua complexidade e diversidade. Afirma que definir a pesquisa qualitativa dos fenômenos psicológicos é “[...] uma opção epistemológica, teórica e ideológica diante das práticas qualitativas dominantes em psicologia [...]”. (2002, p.51).

Aponta algumas implicações metodológicas acerca destas considerações (Furtado & Gonzalez Rey, 2002).

- O sujeito pesquisado é considerado uma instância ativa e criativa.
- Relaciona o lugar da teoria como centro de gravidade dos processos de construção do conhecimento. Diferentemente das teorias fechadas e apriorísticas, concebe a teoria como processo em desenvolvimento e construção.
- O momento empírico é considerado como condição de confrontação onde a teoria se desenvolve e o pesquisador atua como “*sujeito concreto da construção teórica*”.

A metodologia de análise de pesquisa escolhida foi a análise de discurso.

*Uma análise de discurso é uma leitura cuidadosa, próxima, que caminha entre o texto e o contexto, para examinar o conteúdo, organização e funções do discurso. (...) a análise de discurso é uma interpretação,*

*fundamentada em uma argumentação detalhada e uma atenção cuidadosa ao material que está sendo estudado. (GILL, 2003, p.266)*

Empregaremos neste trabalho a análise de discurso devido à necessidade de analisarmos as especificidades das falas para melhor compreendermos a ronda escolar municipal, nosso objeto.

A análise de discurso nos possibilita captar melhor a produção de sentido que o objeto requer e ela será combinada à metodologia da experiência adquiridas, pois para compreendermos a ronda escolar da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza inserida no processo policiamento preventivo necessitamos contextualizá-la com todos os momentos em diferentes visões dos participantes.

O desafio de compreender a ronda escolar pessoal sem perder de vista a sua dimensão socialmente construída e a diversidade das suas inúmeras configurações e contradições requer uma metodologia como as experiências vividas devido à eficácia na apreensão de um objeto processual (Haguette, 1987) e devido a possibilidade de vislumbrar as experiências subjetivas mescladas no contexto social em que são forjadas, captando a interseção do individual com o social, constituindo-os em objeto privilegiado de análise e interpretação (Franco, 2002).

A entrevista dirigida foi escolhida como instrumento de coleta de dados a fim de possibilitar uma análise das questões propostas em uma perspectiva individual, profunda que busque dar conta da complexidade e processualidade da compreensão das operacionalidades dos sujeitos pesquisados.

Ela é indicada como instrumento quando há necessidade de se estudar detalhadamente as experiências individuais, escolhas e biografias pessoais (BAUER e GASKELL, 2003).

Este instrumento também foi escolhido por nos permitir pesquisar como uma determinada experiência produz mudanças na vida das pessoas. (RICHARDSON, 1999).

## 1.2. Contexto e População

A população a ser pesquisada são os alunos, funcionários e professores da Escola de Ensino Fundamental José Ayrton Teixeira, como também os Guardas Municipais de Fortaleza integrantes do ROPE.

O corpo discente é formado por cerca de 1.300 alunos do Ensino Fundamental e EJA II e III, distribuído nos três turnos, no total de 36 turmas distribuídas em 14 salas de aula (14 pela manhã, 14 à tarde e 8 à noite).

Os alunos do turno da noite, período no qual funciona as turmas do EJA (Educação de Jovens e adultos) são em sua maioria trabalhadores e alunos fora de faixa etária.

A escola José Ayrton Teixeira localizada à rua Alfredo Mamade s/n no bairro do Mondubim pertencente a regional V (divisão política e administrativa do município de Fortaleza), foi escolhida como objeto secundário de pesquisa nesta trabalho não só pela sua localidade mas também pela sua relevância no contexto histórico educacional que desenvolve ao longa do tempo<sup>1</sup>.

Pinsky (1999) questiona se a escola teria uma outra função maior além de formar cidadãos. A escola “(...) *enquadra, ajusta, integra desestimula atitudes anti-sociais, ajuda a transformar o educando num ser social*” (p.96). Passa valores sociais, comportamentos e facilita o acesso ao patrimônio cultural da humanidade, incluindo os direitos e obrigações da cidadania.

## 1.3. Participantes da investigação

A pesquisa qualitativa dispensa amostras com padrões de representatividade estatística já que o material a ser analisado deve ser compreendido em sua complexidade e profundidade, características peculiares e singulares que requerem o estudo dos processos subjetivos.

---

<sup>1</sup>A Escola José Ayrton Teixeira foi fundada em 1991. Possui em sua estrutura física 14 salas de aulas que funcionam nos três turnos (manhã, tarde e noite). No ano de 2009 foram matriculados 1300 alunos, sendo que , 544 no turno da manhã no ensino fundamental I ( 1º ao 5º ano ), 526 no turno da tarde no ensino fundamental II (6º ao 9º ano) e 230 no turno da noite no EJA II e III (Educação de Jovens e Adultos).

Porém os critérios de escolha sempre devem ser explicitados, detalhados e justificados. (GASKEL, 2003).

Os participantes da investigação serão 10 alunos e 09 funcionários, entre estes, representantes da direção, professores, secretária, agente administrativo e serviços gerais da escola municipal de ensino fundamental José Ayrton Teixeira, além de 11 guardas municipais onde um é do sexo feminino e 10 são do sexo masculino.

Os guardas entrevistados serão adultos acima de 20 anos de idade, e com nível de formação de ensino médio e graduação, os alunos estão na faixa etária entre 13 à 16 nos e os funcionários de 20 anos acima, com nível de instrução que varia de fundamental à superior com pós graduação.

Procurou-se obter material dos dois sexos, por entender as peculiaridades subjetivas de cada um deles e suas influências na percepção da do assunto abordado.

#### **1.4. Instrumentos de coleta e análise de dados:**

Neste estudo, combinaremos a entrevista pesquisa documental e analisaremos os dados mediante a análise de discurso.

Para os fins desta pesquisa, a entrevista dirigida como instrumento de coleta de dados possibilitará que esta análise seja feita a nível individual, da experiência de vida e de trabalho de cada sujeito entrevistado.

*“A compreensão do mundo de vida dos entrevistados (...) é condição sine qua non da entrevista qualitativa [...]”* (Gaskell, 2003). Este autor aponta caminhos para a preparação e o planejamento das entrevistas:

- O que perguntar – confecção do tópico guia que deve dar conta dos objetivos da pesquisa, permitindo a orientação da entrevista. Deve-se atentar também para a flexibilidade do tópico guia a fim de não comprometer a complexidade da fala do entrevistado.

- A quem perguntar – como selecionar os entrevistados, que na pesquisa qualitativa não deve obedecer aos procedimentos da pesquisa quantitativa, haja vista que sua finalidade é explorar o material expresso e não contabilizá-lo.

Segundo Gaskel (2003), a entrevista qualitativa pode ser combinada com outros métodos, desempenhando um papel vital nesta combinação.

A opção pelo instrumento entrevista dirigida se deu pela possibilidade de proporcionar além dos aspectos já ressaltados, a combinação com a metodologia história de vida, facilitando a processualidade e contextualização do movimento da identidade e com a metodologia de análise de discurso a fim de orientar o material produzido e analisado aos aspectos de interesse, facilitando a confrontação com a teoria.

A metodologia de estudo escolhida foi as experiências vividas pois nela o relato do dia-dia é contado por quem o vivenciou, permitindo ao pesquisador compreender o ponto de vista do sujeito a partir dos sentidos pessoais que constrói e rememora ao relatar as experiências por ele vividas.

A experiência vivida nos possibilita também caracterizar a dimensão social da Identidade, pois revela valores, atitudes e comportamentos dos grupos aos quais o indivíduo pertence. Estes relatos são sempre relatos sociais, revelando o modo como o sujeito atua, sente e compreende a realidade em que vive.

Outro aspecto interessante na história de vida segundo Paulilo (1997) é a função descritiva e avaliativa da narração pois ao relatar a sua experiência de vida, o sujeito não só seleciona e reorganiza coerentemente as suas lembranças, como também reflete o que narra e a si mesmo.

Esta autora também ressalta as dimensões que esta metodologia apreende: histórica (pois a temporalidade vivida pelo sujeito o remete ao momento histórico); dinâmico (rede de relações sociais e possibilidades) e dialético (onde a teoria e a prática são constantemente confrontadas).

Para Maningueneau (1997), a análise do discurso diferencia-se da análise de conteúdo, pois ao invés de recorrer aos textos para codificá-los, exige uma “leitura do texto verdadeira”.

Gill (2003) descreve a Análise de discurso como tendo quatro temas principais: Uma preocupação com as próprias características do discurso, seu conteúdo e organização e não como forma de acesso para outra realidade subjacente ao discurso; A linguagem é pensada como construtora (criadora) e construída; A visão de todo discurso como prática

social, onde há uma preocupação com a função do discurso, com a análise do discurso e do contexto onde ele é produzido; A ênfase na retórica do texto, nos seus constituintes que o tornam persuasivos.

Bardin (1977) também compreende a análise do discurso como fundamentada nas suas condições de produção e o sujeito produtor do discurso como situado em um espaço social.

Para Gill (2003), a análise do discurso compreende as seguintes fases:

- transcrição das falas, minuciosa e literal, na qual já podem ser feitas algumas notas analíticas;
- A leitura cética, na qual precisa ser criada “uma mentalidade analítica” que compreende no questionamento dos nossos sentidos e valores a fim de compreendermos o texto com os seus próprios parâmetros;
- A codificação iniciada com a leitura flutuante e cujas categorias são orientadas pelas questões de interesse que podem surgir inicialmente ou durante o processo;
- A análise em si que consiste na análise do discurso e seu contexto a partir das características e detalhes, buscando coerência e consistência.

A metodologia adotada possibilita compreender, identificar e mensurar o grau de eficiência e as relações do programa de ronda escolar da guarda municipal de fortaleza, contextualizando-o com as dimensões sociais na qual está sendo forjada, o que só é possível através de uma abordagem metodológica dinâmica que permita dar conta da complexidade e movimento do objeto pesquisado.

### **1.5. Procedimento**

A escolha dos participantes foi feita de forma aleatória entre os personagens envolvidos na pesquisa, obedecendo sempre o critério da heterogeneidade entre idade , sexo e grau de escolaridade.

A maior dificuldade foi com os integrantes do ROPE, pois os guardas em sua maioria tinham medo de futuras represálias caso fossem identificados por seus comandantes, mesmo o pesquisador garantindo o anonimato dos entrevistados, esses não se sentiam seguros em falar de temas polêmicos como, por exemplo, o uso de arma de fogo pelos integrantes do ROPE. Nessa abordagem algumas perguntas ficaram sem respostas para não contrariar o comando e dos 100 guardas que compõem o ROPE apenas 11 se propuseram a dar entrevista. O fato do pesquisador ser subinspetor da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza também contribuiu para a recusa de alguns guardas abordados para as entrevistas

A entrevista orientada foi realizada em 03 momentos, sem intervalos. Primeiro foi entrevistado os alunos, depois os funcionários (direção, professores, secretária, merendeira e porteiro) da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Ayrton Teixeira e por ultimo os integrantes do (ROPE) Ronda Preventiva Escolar da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza.

Após e durante a transcrição e codificação, foi realizada a leitura flutuante do material, onde foi possível a familiarização com os aspectos textuais e dos principais pontos do discurso que nortearam a análise e a discussão dos resultados.

Durante a análise buscou-se estabelecer os nexos entre operacionalidade, eficiência e necessidade, os processos foram estudados isoladamente na busca de uma compreensão sistemática do conjunto.

A análise dos dados deste estudo foi feita buscando os nexos entre os personagens e papéis vivenciados. Foram selecionadas, entre as entrevistas respostas convergentes e divergentes, organizadas em quatro blocos e no final de cada bloco foi feita umas avaliações dos aspectos aos quais os trabalho se propunha a pesquisar.

## **2 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS: GUARDA MUNICIPAL E DEFESA CIVIL DE FORTALEZA – HISTÓRICO E ESTRUTURA**

A Guarda Municipal de Fortaleza foi criada pela Lei Nº 1.396, em 10 de julho de 1959, pelo prefeito municipal, general Manuel Cordeiro Neto, com finalidade de proteger os bens que constituem o patrimônio municipal, a vigilância dos logradouros, praças, jardins públicos e a fiscalização dos transportes coletivos. Em princípio tinha a seguinte composição: 3 (três) fiscais de 1ª Classe, 4 (quatro) fiscais de 2ª Classe, 5 (cinco) fiscais de 3ª Classe, oito guarda de 1ª Classe e 130 (cento e trinta) guardas municipais.

Ao longo do tempo a Guarda municipal de fortaleza teve várias mudanças de competência e estrutura, porém só em 2004 o município incorporou novas práticas teóricas e instrumentais, numa concepção de planejamento estratégica e na Gestão do conhecimento, com base nas Declarações dos direitos Humanos.

A Guarda Municipal e Defesa Civil tem a sua estrutura organizacional assim definida: direção geral, direção Administrativa financeira, Assessoria Técnica, Célula de Comando Operacional, Unidade Operacional, Unidade Pessoal, Acompanhamento Funcional e Defesa Civil.

Atualmente, o efetivo operacional está composto por 1.642 profissionais, que contribuem para a segurança dos cidadãos e preservação dos bens públicos. Desse total 936 são guardas municipais, 519 subinspetores, seis inspetores, 117 agentes de Defesa Civil, 10 agentes de Segurança Institucional.

A Guarda Municipal e Defesa civil de Fortaleza têm como missão a proteção preventiva e ostensiva dos bens, serviços e instalações do Município, a segurança de autoridades, a prestação de serviço de segurança e auxílio a população, bem como o desenvolvimento de atividades preventivas de serviços públicos e de cidadania no âmbito do município.

Tem como atribuição estabelecer as políticas, diretrizes e programas de Segurança Pública no que diz respeito ao pleno exercício dos direitos e garantias fundamentais, individuais, coletivas, sociais e políticas.

### **2.1. Estrutura Operacional da GMDCF**

Em sua estrutura operacional a Guarda Municipal de Fortaleza dispõe de quatro pelotões, formando um efetivo de 656 guardas. Os pelotões atuam em áreas específicas

promovendo a segurança de escolas (Ronda Preventiva Escolar), praias (Salvamento Aquático), segurança de autoridades municipais, eventos e controle de manifestações em órgãos públicos municipais (Especial), policiamento comunitário nas praças, parques ambientais e espaços públicos (Guarda Comunitária).

### **2.1.1 Patrimonial**

O Pelotão Patrimonial é composto por 986 guardas. A sua atribuição é o efetivo emprego diuturno e sistemático do conjunto de medidas técnicas, visando à proteção dos bens patrimoniais, serviços, instalações, bem como a garantia da cidadania dos munícipes.

### **2.1.2 Defesa civil**

A Defesa Civil é um conjunto de ações preventivas, de socorro, assistenciais e recuperativas destinadas a evitar ou minimizar os desastres; preservar a moral da população e restabelecer a normalidade social.

Tem como objetivo geral desenvolver planos, programas, projetos e ações referentes à prevenção, socorro, assistência e recuperação da comunidade em situação de risco.

Entre os objetivos específicos incluem-se: o monitoramento permanente das áreas de risco, promover campanhas educativas, orientar e regulamentar procedimentos, prevenir, socorrer e assistir as populações atingidas.

Todas essas ações são gerenciadas pela Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC), cujas competências são:

- promover ampla participação da comunidade nas ações de Defesa Civil;
- elaborar e implementar planos diretores, planos de contingência e planos de operações de Defesa Civil;
- analisar e recomendar a inclusão de áreas de riscos no plano diretor.

### **2.1.3 Pelotão Especial**

Pelotão Especial (PE) tem um efetivo de 42 guardas. Desse total, seis são subinspetores. A função do PE é manter o controle de manifestações em órgãos públicos municipais, fazer a segurança da prefeita e de autoridades do município, atuar em processos de reintegração de posse e promover a segurança em eventos da Prefeitura. O apoio à Defesa Civil, às operações de saturação e Blitz em conjunto com outros órgãos de segurança pública são outras ações que recebem a cobertura do PE.

O Pelotão Especial dispõe de equipamentos de proteção como escudos, capacetes, perneiras e de armas não letais, tais como: sprays de pimenta, tonfas, bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo.

### **2.1.4 Pelotão de Salvamento Aquático**

Quarenta e um guarda-vidas compõem o Pelotão de Salvamento Aquático da Guarda Municipal de Fortaleza. Eles estão em torres de observação de 3,5 metros de altura, distribuídas na Orla Marítima, nas praias da Barra do Ceará, Carapebas, Praia de Iracema, Ponta Mar, AABB e Náutico. Aos domingos a operação é estendida à Lagoa da Maraponga.

O horário é das 9h às 15h e nos finais- de - semana até às 17h. São facilmente identificados pelo seu uniforme: camiseta vermelha com listra azul; a cruz e o nome guarda-vidas em branco; boné vermelho e short azul.

Os equipamentos utilizados são: bóias, nadadeiras, binóculos, flutuadores, cordas de resgate, farmácia de primeiros socorros, além de um bote motorizado para o resgate.

### **2.1.5 Pelotão de Guardas Comunitário**

O pelotão é composto por 115 guardas municipais e tem a finalidade de policiamento comunitário. Os componentes foram capacitados para uma formação específica, tornando-os aptos a atuar em qualquer posto e local, oferecendo um serviço de qualidade à população da Cidade.

O sistema de ronda é feito por quatro viaturas com 16 profissionais e oito rondamotos dão cobertura aos servidores, realizando rota nos parques, centro e praças. Os guardas do PGC fazem a segurança 24 horas.

### **2.1.6 – O pelotão de Ronda Preventiva Escolar (ROPE)**

Em suas rotinas de trabalho amparadas por uma Norma Geral de ação o pelotão ROPE realiza ronda em carros nas escolas municipais de Fortaleza, em três turnos de trabalho. Existem em média 429 escolas, distribuídos nas 06 Secretarias Regionais, áreas políticas administrativas do município. A Ronda Escolar realiza o projeto Anjos da Guarda com apoio da SEM - Secretaria Municipal de Educação, e Governo Federal. O Projeto Anjos da Guarda realiza trabalho sócio-educativo, palestras e oficinas com os alunos. Em 2008 foram contempladas 95 escolas, totalizando em média 300 alunos, Além destas atividades desenvolvidas nas unidades escolares o pelotão participa dos eventos promovidos pela administração municipal. Anualmente realiza-se a campanha de desarmamento infantil, evento promovido pela prefeitura municipal, onde a guarda é responsável pelo gerenciamento do evento. É um evento de grande porte, envolve todas as escolas municipais e sociedade civil. O foco da Campanha é a troca de uma arma de brinquedo por uma revista, parceria editora Abril. Um incentivo à leitura e a cultura de paz.

Dentre as funções do Pelotão ROPE estão: apoiar todas as ações que envolvam questões de segurança de patrimônio público nas escolas dos municípios e quando for necessário fazer cobertura nas ações e operações em toda a extensão do município de Fortaleza, de acordo com as determinações do seu comando e do seu Diretor Geral. Atender com presteza, eficiência, as decisões e ordens de seus comandantes, incorporar a confiança

recíproca, assimilar o trabalho coletivo, despertar a camaradagem e a harmonia, trabalhar a idéia de disciplina e hierarquia como forma de conhecimento, fazer as avaliações sistemáticas das operações efetivadas para verificar se o planejamento feito anteriormente conseguiu atingir seus objetivos dentro das decisões de seus objetivos, existir coerência em todas as ações, agir com calma e prudência sem confundir energia com violência e iniciativa com arbitrariedade.

## **2.2 Porque da criação do ROPE**

A problemática da violência atinge todos os níveis da sociedade. Desde o mais humilde dos cidadãos até o mais abastado empresário, todos estão sujeitos a sofrer com a violência que está presente no nosso dia-a-dia.

Uma das instituições que muito sofre com essa violência são as escolas. Podemos definir que a escola, na maioria das vezes, é uma das primeiras instituições que a criança conhece logo após a família. È nesse local onde se firmam as amizades, brincadeiras, a vida em grupo, despontam virtudes, talentos, tomam conhecimento de seus deveres e direitos. Por outro lado, inimizades e desavenças também surgem além da depredação do patrimônio público, a violência discriminatória e principalmente às drogas.

o município através da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza, teria que promover políticas públicas objetivando a redução da violência e da criminalidade, através de projetos sociais para que houvesse um impacto na humanização de suas funções. (Aguiar , 2007:39)

Ainda do mesmo autor, a Guarda Municipal, com as modificações do mundo contemporâneo, as novas concepções de segurança pública, os novos conceitos acerca da violência e da criminalidade, tornou-se uma Instituição também com cunho educativo, onde seus agentes (guardas municipais) começaram a exercer um papel de educadores sociais e profissionais que podem agir e interagir na prevenção e resolução dos problemas de violência e na resolução de conflitos.

Com uma visão estratégica e ampla sobre o assunto, a direção da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza elaborou um projeto de policiamento para escolas do

município, visando dar total segurança aos alunos, professores, diretores, funcionários, e vigilância ao patrimônio público.

A ronda escolar da Guarda municipal de Fortaleza teve seus trabalhos iniciados em outubro de 2003 com a denominação Paz nas Escolas. Em 2004 com as eleições municipais mudou-se a administração municipal e conseqüentemente a direção da Guarda. Neste novo panorama a ronda escolar que se chamava paz nas Escolas agora recebe uma nova roupagem com nova metodologia e passa a se chamar ROPE ( Ronda Preventiva Escolar).

Segundo o Diretor Geral da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza, Dr. Arimar Rocha, para implantar o projeto Ronda Escolar, foi necessário mudar a mentalidade de trabalho da Guarda e pesquisar as rondas escolares de outras cidades. A Ronda Escolar será composta por Guardas Amigos e protetores. Os objetivos serão estreitar as relações com os grupos docentes, alunos, funcionários e a comunidade das escolas. A Ronda também irá prevenir irregularidades e aperfeiçoar a qualidade na execução das suas atividades. Os Guardas passarão por um treinamento específico com palestras e cursos sobre o estatuto da criança e do adolescente. Além do ser humano preparado para tal função, 5 (cinco) viaturas modelo "Parati" e 3 (três) motos 250 cc, darão a mobilidade ideal para as rondas nas escolas. Fortaleza esta dividida administrativamente em 6 (seis) regionais, como o ROPE têm apenas cinco viaturas, é feito um rodízio entre as regionais. As viaturas da ronda escolar são do mesmo modelo e pintura das outras viaturas da guarda municipal, somente diferenciadas pelo logotipo desenhado na porta das viaturas, ( uma águia de asas abertas carregando em suas garras um par de algemas). “Porém a ronda escolar tem em sua metodologia a intenção de mostrar um grupamento mais próximo da escola, mais moderno e que está pronto para auxiliar e dar segurança aos estudantes, sem demonstrar e sem agir com brutalidade”, afirma a comandante do ROPE, Cristiane Oliveira.

Todo esse aparato de policiamento de escolas foi necessário tendo em vista a operacionalidade no deslocamento e no entorno das escolas. Atualmente responde pelo comando do ROPE a Subinspetora Cristiane Oliveira, escolhido por sua seriedade e profissionalismo. Hoje em dia, a Ronda Escolar atende as 429 escolas municipais. São 58 guardas municipais trabalhando de 6h30min às 18h30min e de 18h30min às 6h30min do dia seguinte. Eles cumprem rotas diárias, obedecendo uma mapa de atuação. “Hoje os guardas chagam a fazer até duas rotas por dia em Regionais como a III e IV”, afirma Cristiane.

A vigilância feita pelos Guardas Municipais é exercida no entorno do estabelecimento escolar com observação da área, visita ao interior da escola e uma conversa com a direção e professores para saber se tudo está ocorrendo normalmente. “Não encontramos dificuldades para trabalhar com as escolas. As crianças com sua curiosidade se aproximam da gente e os adolescentes, em sua maioria, respeitam o guarda. Dá para fazer o trabalho com tranquilidade. O que queremos é passar confiança para as famílias que temem mandar seus filhos para a aula”, complementou a comandante do ROPE Cristiane Oliveira.

O Pelotão ROPE possui um efetivo de 58 integrantes com a missão de fazer rondas motorizadas nas escolas municipais para garantir a segurança dos alunos, professores e funcionários, como também a proteção do patrimônio público municipal.

Cada viatura operacional conta com um comandante, um motorista e dois patrulheiros. Para obter maior mobilidade e rapidez no atendimento de ocorrências urgentes, o pelotão ainda conta com 3 (três) motoqueiros.

Além das atividades inerentes à Ronda Escolar, o ROPE participa de operações junto à Defesa Civil e em manifestações de maior porte e segurança, como: Fortal (carnaval fora de época), Pré-carnaval, Carnaval, Reveillon, Desapropriações, dentre outras de interesse do município.

### **2.3 Atribuições e competências do ROPE**

Criado através do Decreto nº11527 de 23 de outubro de 2003, o PELOTÃO DE RONDA PREVENTIVA ESCOLAR – ROPE, subordinado à Célula de Comando Operacional - CECOP, atua diuturnamente promovendo a segurança nas unidades escolares municipais (escolas patrimoniais, anexos e creches). Conforme o Decreto, ROPE possui as seguintes atribuições:

- a) Apoiar a Secretaria Municipal de Educação– SME no melhor atendimento aos alunos, professores e colaboradores na gestão de segurança das unidades escolares;
- b) Desenvolver as atividades necessárias ao integral exercício de suas competências constitucionais, em especial o apoio motorizado às unidades escolares patrimoniais das Secretarias Executivas Regionais, nas operações de fiscalização, monitoramento, garantindo a integridade física dos agentes municipais e alunos, bem como a segurança patrimonial através da execução de rondas diárias, coibindo atividades irregulares.

Dentro dessas atribuições o Pelotão de Ronda Preventiva Escolar - ROPE tem por finalidades:

- a) Proteger o Patrimônio Municipal, coibindo ações criminosas contra os bens, serviços e instalações, evitando depredações;
- b) Garantir a segurança da integridade física dos professores, alunos e demais funcionários das unidades escolares municipais;
- c) Interagir com diretores e professores das unidades escolares com o objetivo de diagnosticar os problemas existentes nas questões de segurança e violência;
- d) Coordenar as informações sobre segurança e violência das unidades escolares municipais, criando um banco de dados para as ações necessárias;
- e) Efetuar rondas motorizadas no entorno das unidades escolares municipais, procurando detectar possíveis ameaças aos alunos, professores e demais funcionários;
- f) Fazer procedimento em Delegacia de Polícia, quando em flagrante delito;
- g) Participar de eventos escolares ou outros a critério do CECOP;
- h) Realizar serviços extraordinários eventuais, quando solicitado pelo CECOP;
- i) Trabalhar de forma preventiva através palestras educativas desenvolvidas pelo projeto Anjos da Guarda.

#### Atribuições e deveres gerais dos integrantes do ROPE

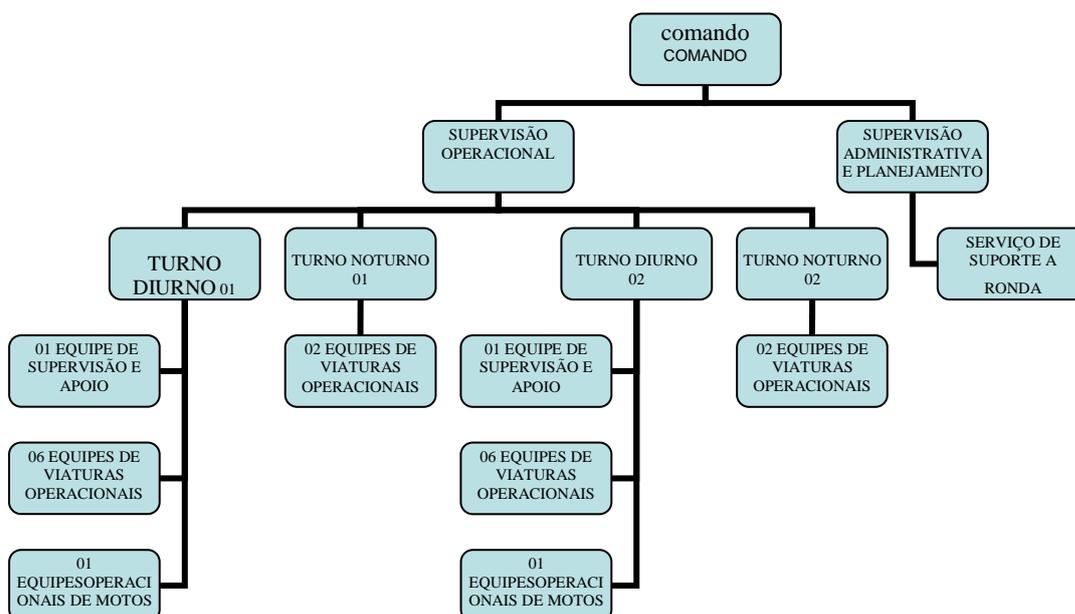
- a) Atender com presteza as decisões e ordens de seus comandantes;
- b) Observar o trabalho em equipe, despertando camaradagem e harmonia;
- c) Existir disciplina em todas as ações;
- d) Zelar pelo patrimônio público e privado;
- e) Apresentar-se sempre bem uniformizado e não trabalhar sem suas identificações, inclusive contendo os tipos sanguíneos;
- f) Agir com calma e prudência, sem confundir energia com violência e iniciativa com arbitrariedade;
- g) Observar todas as regras de trânsito, de conduta e de decoro social;
- h) Conduzir os detidos, presos, objetos achados, recuperados etc o mais breve possível, aos locais determinados;
- i) Deter indivíduos surpreendidos na prática de ilícitos e conduzi-los à autoridade policial da área;

- j) Dar apoio às vítimas, o mais breve possível, acionando o serviço de socorro de urgência (192, 193), se necessário;
- k) Respeitar e acatar a autoridade de outrem, desde que cesse a sua.
- l) Colaborar para a segurança patrimonial da unidade escolar;
- m) Fazer vistoria e buscas mediante a autorização expressa da Diretora da escola;
- n) Ao entrar na unidade escolar, apresentar-se à Diretora, ou na sua ausência, ao seu substituto, dando-lhe ciência da visita da equipe;
- o) Apoiar outros pelotões que estejam necessitando de apoio;
- p) Estar preparado para atender qualquer tipo de ocorrência, principalmente as de maior gravidade, haja vista a função de pronto-emprego.

Atitudes a serem evitadas pelos integrantes do ROPE:

- a) Brincadeiras físicas, conversas em voz alta, uso de gírias, risos desnecessários;
- a) Comentários ou atitudes indiscretas com mulheres;
- b) Comentários preconceituosos acerca de cor, raça, religião, sexo, posição política;
- c) Envolverem-se com palavras, gestos e atos com pessoas promíscuas;
- d) Atirar objetos pela janela da viatura;
- e) Permanecer com o rosto voltado para dentro da viatura, mesmo para conversar com os outros integrantes da equipe;
- f) Ficar com o braço solto para fora da viatura;
- g) Fumar em serviço;
- h) Realizar tarefas alheias às suas atribuições, principalmente relacionadas à disciplina interna da unidade escolar;
- i) Exaltar-se com palavras e gestos, com indivíduos já detidos por prática de ilícitos, demonstrando desequilíbrio emocional;
- j) Reagir às provocações de alunos por palavras e gestos;
- k) Fazer uso desnecessário de telefone celular;
- m) Aceitar qualquer tipo de retribuição material ou pecuniária ofertadas por cidadãos, em virtude da função.

## Organograma do ROPE:



### 2.4 Divisão política e administrativa da cidade de Fortaleza

O Município de Fortaleza é dividido em seis Secretarias Executivas Regionais (SER) criadas com a finalidade de promover a descentralização administrativa, as SER tem autonomia política e administrativa, formadas por bairros circunvizinhos que apresentam semelhanças em termo de necessidades e problemas. Segundo o IBGE, a cidade está composta por 114 bairros e 2.194 setores censitários.

A descentralização da gestão levou a uma intersetorialidade onde o serviço público era planejado de forma integrada e articulada, superando a fragmentação das políticas públicas entre saúde, educação, serviço social, cultura, esporte, lazer, trabalho, renda e habitação. Neste cenário o pelotão de ronda escolar da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza, elaborou sua metodologia de trabalho e divisão das equipes de patrulhamento.

A Secretaria Executiva Regional I (SER I) abrange 15 bairros: Vila Velha, Jardim Guanabara, Jardim Iracema, Barra do Ceará, Floresta, Álvaro Weyne, Cristo Redentor, Ellery, São Gerardo, Monte Castelo, Carlito Pamplona, Pirambu, Farias Brito, Jacarecanga e Moura Brasil. Nesta região, moram cerca de 360 mil habitantes. Localizada no extremo Oeste da cidade, foi nesta área que nasceu a capital Alencarina.

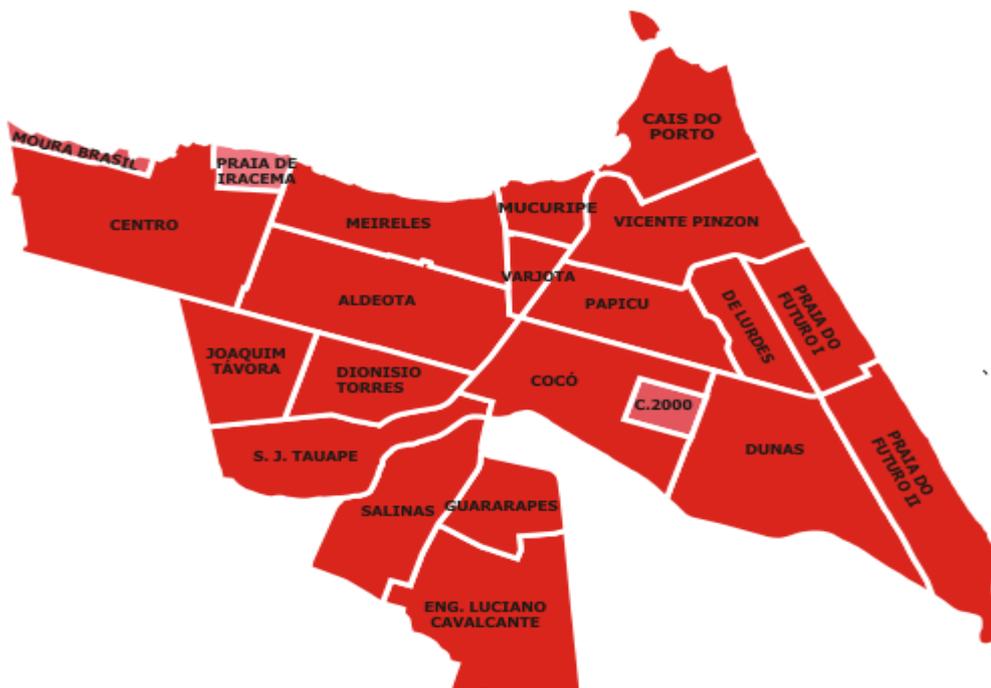
**Figura 1: mapa da regional I**



**Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza**

A Secretaria Executiva Regional II (SER II) é formada por 21 bairros onde moram 325.058 pessoas, abrange o Centro e a Aldeota, bairros com grande adensamento comercial e de serviços, responsáveis por importante fatia da arrecadação municipal. Ao mesmo tempo concentra 15 áreas de risco, onde moram 2.808 famílias. Bairros que formam a SER II: Aldeota, Bairro De Lourdes, Cais do Porto, Centro, Cidade 2000, Cocó, Dionísio Torres, Guararapes, Joaquim Távora, Luciano Cavalcante, Manuel Dias Branco, Meireles, Mucuripe, Papicu, Praia de Iracema, Praia do Futuro I, Praia do Futuro II, Salinas, São João do Tauape, Varjota e Vicente Pinzón.

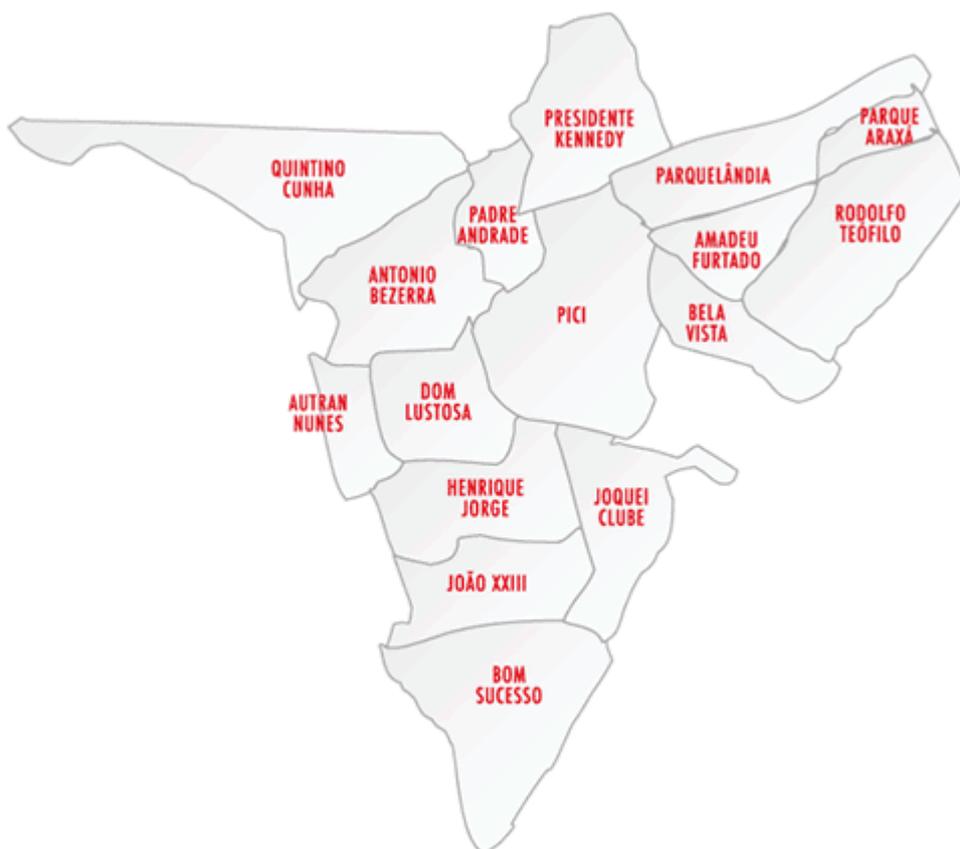
**Figura 2: mapa da regional II.**



**Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza**

A Secretaria Executiva Regional III (SER III) concentra uma população de 378.000 habitantes que estão distribuídos em seus 16 bairros: Amadeu Furtado, Antônio Bezerra, Autran Nunes, Bom Sucesso, Bela Vista, Dom Lustosa, Henrique Jorge, João XXIII, Jóquei Clube, Padre Andrade, Parque Araxá, Pici, Parquelândia, Presidente Kennedy, Rodolfo Teófilo e Quintino Cunha.

**Figura 3: mapa da regional III.**



**Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza**

A Secretaria Executiva Regional IV (SER IV) foi inaugurada em 25 de abril de 1997, abrange 19 bairros e seu perfil socioeconômico é caracterizado por serviços, com uma das maiores feiras livres da cidade, a da Parangaba, e vários corredores comerciais, entre eles o da Avenida , no Montese. Os bairros pertencentes a esta área são José Bonifácio, Benfica, Fátima, Jardim América, Damas, Parreão, Bom Futuro, Vila União, Montese, Couto Fernandes, Pan Americano, Demócrito Rocha, Itaoca, Parangaba, Serrinha, Aeroporto, Itaperi, Dendê e Vila Pery. Sua população é de cerca de 280 mil habitantes segundo censo do IBGE. O bairro mais populoso é o da Parangaba, com cerca de 30 mil habitantes e o menos

populoso é o Dendê com apenas 2.120. Concentra oito áreas de risco, possui a segunda maior emergência do Estado do Ceará, o Frotinha da Parangaba.

**Figura 4: mapa da regional IV.**



**Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza**

A Secretaria Executiva Regional V (SER V) fica ao sul de Fortaleza e tem uma população de aproximadamente 570 mil habitantes dos 16 bairros que são: Conjunto Ceará, Siqueira, Mondubim, Conjunto José Walter, Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Genibaú, Canindezinho, Vila Manoel Sátiro, Parque São José, Parque Santa Rosa, Maraponga, Jardim Cearense, Conjunto Esperança e Presidente Vargas. Por seus bairros registrarem altos índices de criminalidade e violência, é tido como uma regional crítica.

**Figura 5: mapa da regional v.**



**Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza**

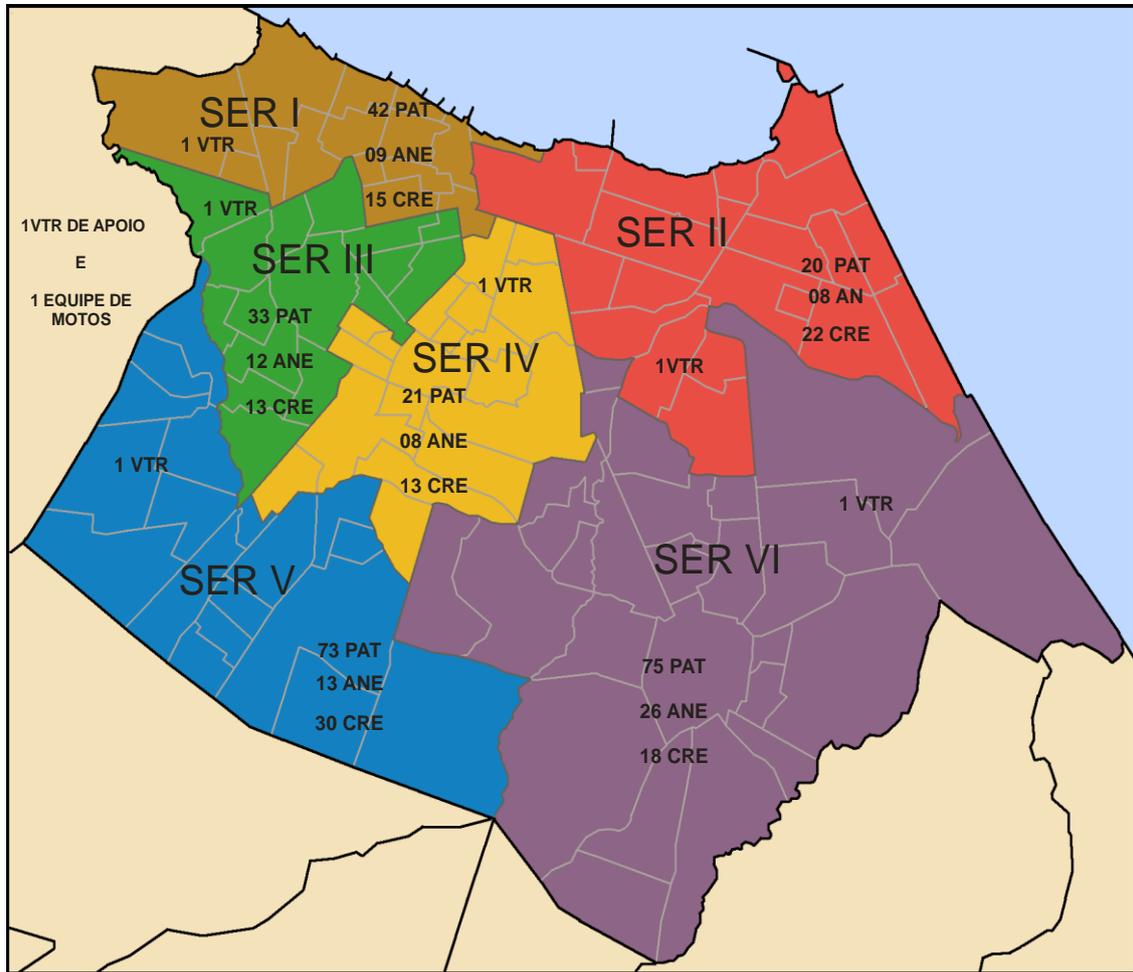
Com população estimada em 600 mil habitantes, a Secretaria Executiva Regional VI (SER VI) é formada por vinte e sete bairros, correspondentes a 42% do território de Fortaleza: Sabiaguaba, Edson Queiroz, Sapiranga, Alagadiço Novo, Curió, Guajerú, Coaçu, Paupina, Parque Manibura, Cambeba, Messejana, Ancuri, Pedras, Jardim das Oliveiras, Cidade dos Funcionários, Parque Iracema, Auto da Balança, Aerolândia, Dias Macedo, Castelão, Mata Galinha, Cajaeiras, Barroso, Jangurussu, Passaré, Parque Dois Irmãos e Lagoa Redonda.

Figura 6: mapa da regional VI.



Fonte: Prefeitura Municipal de Fortaleza

Figura 7: Área de atuação da Ronda Escolar



<b>PAT:</b>	ESCOLAS PATRIMONIAIS
<b>ANE</b>	ANEXOS
<b>CRE</b>	CRECHES

	SER I	SER II	SER III	SER IV	SER V	SER VI	TOTAL
<b>PAT</b>	42	20	33	21	73	75	264
<b>ANE</b>	09	08	12	08	13	26	76
<b>CRE</b>	15	22	13	13	30	18	112
<b>TOTAL</b>	66	50	58	42	117	119	<b>452</b>

Fonte: Guarda municipal e Defesa Civil de Fortaleza

## **2.5 Contextualização da Escola Fundamental de Ensino Fundamental José Ayrton Teixeira**

A escola Municipal José Ayrton Teixeira localizada à rua Alfredo Mamede, S/N – Mondubim, pertencente à Secretaria Executiva Regional 5 (SER V), iniciou suas atividades letivas em agosto de 1991, tendo seu ato de criação publicado em 1.º de novembro do mesmo ano.

Construída para atender a Comunidade do Mondubim, funciona nos três turnos: manhã, tarde e noite com 36 turmas no total. Tem capacidade para atender em cada turno, 14 salas de aula. Atualmente atende a 14 turmas pela manhã, 14 pela tarde e 8 pela noite, sendo que pela manhã funciona com o Ensino Fundamental I (2ª à 5ª série), a tarde com o Ensino Fundamental II (6ª à 9ª série) e a noite com jovens e adultos de 6ª à 9ª série e EJA II e III.

Desde a sua criação tem procurado contribuir para a melhoria da qualidade de vida das crianças e adolescentes desta comunidade, na formação de cidadãos conscientes, ativos para o trabalho através do Ensino Fundamental, priorizando os alunos de 07 a 14 anos, bem como, os Jovens e Adultos – EJA II e III no turno da noite, garantindo-lhes o direito para competir no mercado de trabalho e melhores condições de vida. A escola tenta manter nos turnos diurnos os alunos dentro da faixa etária estipulada pelo MEC (07 a 14 anos), os alunos fora de faixa (de 15 anos em diante) são transferidos automaticamente para o turno noturno.

Para desempenhar bem essa missão conta com um quadro de 170 (escola patrimonial e anexos) funcionários entre professores e servidores, destes 82 pertencem a Escola Patrimonial.

Atualmente respondem pela direção Ana Maria Bitencourt e vice-direção Suzeneida Holanda, secretária: Maria Eliete Abreu. Para ampliar seus serviços às comunidades adjacentes a escola possui os anexos: Criança Feliz sito a avenida 01, 1169, Parque Santana e Creche Maria Hercília Evangelista Martins situada na rua NS 03, 300, Conjunto Prefeito José Walter, contudo, neste trabalho nos focaremos na Escola Patrimonial. Neste ano de 2009 a Escola completa 18 anos de serviços prestados.

A Escola Municipal José Ayrton Teixeira, criada pelo decreto nº 8648 de 30 / 10 / 1991 D.O nº 9736 de 01/ 11/ 1991 é um estabelecimento pertencente à Rede de Ensino Oficial, mantido pela Prefeitura Municipal de Fortaleza e subordinada técnica e administrativamente à Secretaria Municipal de Educação (SME). Destina-se à educação Básica, nas modalidades de Ensino: Educação Infantil, Ensino Fundamental, educação de Jovens e Adultos - EJA.

Hoje a Escola possui 1700 alunos contabilizando anexos, sendo deste total 1300 pertencente à Escola Patrimonial. Os anexos supracitados trabalham especificamente com crianças de primeira, segunda e terceira infância, para isso, oferece Educação Infantil e Educação Fundamental I.

### **3. PARTICIPAÇÃO DAS GUARDAS MUNICÍPAIS NA SEGURANÇA PÚBLICA**

Na atualidade, torna-se necessário aprimorar os conhecimentos de segurança pública e das organizações policiais, pois foram os baluartes da ordem e da segurança interna das Nações, lutando constantemente contra o crime, fazendo cumprir a Lei, zelando pelos interesses individuais e coletivos e protegendo sistematicamente o patrimônio.

Infelizmente, dado às necessidades momentâneas e subjetivas dos governantes, muitas vezes, estas instituições passam a viver no anonimato, quase que esquecendo as suas funções primordiais ou sendo desvirtuadas da sua real atribuição.

A influência das políticas públicas dentro das instituições de Segurança Pública mostra-se de maneira clara nas Guardas Municipais do Brasil, onde os seus comandantes, na grande maioria são provenientes do quadro de Oficiais da reserva remunerada das Polícias Militares. Por conseguinte, trazendo conceitos e princípios da caserna, acarretam conflitos com a instituição (que é de caráter eminentemente civil), afetando várias esferas de desenvolvimento das Guardas Municipais, inclusive incorporando estatutos e normas, não condizentes com a verdadeira atuação.

Dentro da esfera de atuação das Guardas Municipais, existe um leque incomensurável de atribuições que estas corporações podem desenvolver na sua municipalidade, desde que os seus governantes estejam cientes e capacitados para que, de acordo com o seu plano de governo, proponham políticas públicas realmente viáveis, não criando fatos e mitos.

O conceito de segurança pública como responsabilidade exclusiva dos governos estaduais parece estar ultrapassado. No século XXI, ele foi suplantado pela noção de que a participação do município - unidade federativa mais próxima do cidadão – é imprescindível na gestão dos problemas de violência e criminalidade. E a tendência é incentivada por organismos internacionais e pelo governo federal como política pública. E a própria população, sentindo a real necessidade de proteção e verificando de fato a desocupação e a falência do estado em cumprir com suas obrigações, onde a polícia estava assim, perdendo o seu “mandato de polícia” para as facções, grupos de milícias, entre outros aspectos favoreceu para essa retomada do poder municipal em tomar de conta da sua casa.

Cabe lembrar que a Segurança Pública é uma atividade exclusiva do Poder Estatal, sendo desenvolvida pela União, Estados Membros, Distrito Federal e Municípios, todos tendo o dever legal de fornecer, dentro da sua esfera de atuação, uma prestação de serviço de excelência, minimizando desta forma, os índices de insegurança.

Na Carta Magna, em seu artigo 144, § 8º, ao estabelecer atividades, órgãos e atuação frente à Segurança Pública e à incolumidade das pessoas e do patrimônio, preconiza a responsabilidade de todos, e principalmente do “Estado” (União, Estados Membros, Distrito Federal e Municípios), sendo um direito e responsabilidade de todos.

No entanto, essa mudança de abordagem esbarra não só em estruturas estabelecidas e culturas arraigadas como na própria Constituição Federal de 1988, que no artigo 144, da segurança pública, menciona apenas vagamente os municípios: “poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei”. Embora a lei não caminha na mesma velocidade, mas isso não impede que as guardas municipais já atuem na segurança pública. De dez anos para cá, elas já vêm assumindo funções de manutenção da ordem pública", pela necessidade, pela relevância, assim como também pela soma de forças encaminhada pela cooperação entre as polícias estaduais e as guardas municipais.

A Constituição de 1988 no seu Art. 144 §8º autoriza os Municípios a constituírem Guardas Municipais visando à proteção de seus bens serviços e instalações, conforme dispuser a lei. Com esse evento guardas municipais do Brasil inteiro se modernizaram, aqueles municípios que ainda não possuíam, foram incentivados a criar. A confederação Nacional das Guardas Municipais declara que existem atualmente no Brasil, mais de 600 mil guardas civis, trabalhando nas mais de 700 Guardas Municipais, independentes uma das outras e atuando em métodos e práticas, sem parâmetros comuns de estrutura organizacional e funcional.

Quando o constituinte incluiu os Municípios, no capítulo destinado a Segurança Pública, o fez considerando-o um ente federado, com a sua respectiva parcela de responsabilidade frente à segurança pública, compreendendo e respeitando as suas possíveis limitação econômicas, deste modo, facultou ao município a criação das Guardas Municipais.

Segundo o IBGE, a distribuição segundo o número de habitantes mostra que 49,5% dos Municípios brasileiros possui menos de 10 mil habitantes, sendo que as regiões

que apresentam percentuais acima dessa média são a Sul (67,5%), a Centro-oeste (56,7%) e a Sudeste (50,4%). Conforme pode ser observado, as maiores concentrações de Municípios de pequeno porte demográfico, que geralmente contemplam aqueles classificados como os mais pobres, paradoxalmente se encontram relativamente em maior quantidade nas regiões consideradas as mais desenvolvidas.

<b>Municípios, total e com existência de Guarda Municipal, por forma de registro dos atendimentos, segundo Grandes Regiões e Unidades da Federação – 2008</b>							
Grandes Regiões e Unidades da Federação	Municípios						
	Total	Com existência de Guarda Municipal					
		Total (1)	Forma de registro dos atendimentos				
			Livro de ocorrência	Formulário impresso	Formulário eletrônico	Outra	Não registr am
<b>Brasil</b>	<b>5 564</b>	<b>786</b>	<b>348</b>	<b>207</b>	<b>17</b>	<b>16</b>	<b>193</b>
<b>Norte</b>	<b>449</b>	<b>60</b>	<b>40</b>	<b>5</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>13</b>
Rondônia	52	1	-	1	-	-	-
Acre	22	-	-	-	-	-	-
Amazonas	62	40	27	1	1	-	11
Roraima	15	1	-	1	-	-	-
Pará	143	13	10	1	-	-	2
Amapá	16	2	2	-	-	-	-
Tocantins	139	3	1	1	-	1	-
<b>Nordeste</b>	<b>1 793</b>	<b>358</b>	<b>177</b>	<b>28</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>140</b>
Maranhão	217	56	31	5	-	-	20
Piauí	223	13	6	1	-	-	6
Ceará	184	51	30	6	3	-	12
Rio Grande do Norte	167	13	6	-	-	-	7
Paraíba	223	21	8	2	-	1	10
Pernambuco	185	44	21	5	1	3	13
Alagoas	102	24	14	1	-	-	9
Sergipe	75	10	5	1	-	-	4
Bahia	417	126	56	7	-	1	59
<b>Sudeste</b>	<b>1 668</b>	<b>299</b>	<b>97</b>	<b>148</b>	<b>9</b>	<b>9</b>	<b>36</b>
Minas Gerais	853	41	12	17	2	4	6
Espírito Santo	78	7	1	3	-	1	2
Rio de Janeiro	92	66	47	8	-	2	9
São Paulo	645	185	37	120	7	2	19

<b>Sul</b>	<b>1 188</b>	<b>53</b>	<b>24</b>	<b>22</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>4</b>
Paraná	399	19	5	11	-	-	2
Santa Catarina	293	10	6	3	-	-	1
Rio Grande do Sul	496	24	13	8	1	1	1
<b>Centro-Oeste</b>	<b>466</b>	<b>16</b>	<b>10</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Mato Grosso do Sul	78	5	4	1	-	-	-
Mato Grosso	141	5	2	2	1	-	-
Goiás	246	6	4	1	1	-	-
Distrito Federal	1	-	-	-	-	-	-

**Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006.**

**(1) Inclusive os sem declaração da forma de registro.**

Segundo a pesquisa dos 5564 municípios brasileiros 786 possuem guardas municipais, em porcentagem equivale a 14,11%, distribuídos da seguinte forma: a região Nordeste com 358, equivalente a 45,54% do total, em seguida vem o Sudeste com 299 (38%), região Norte com 60 guardas constituídas equivalendo a 7,63%, a região sul com 53 equivalente a 6,74% do total e por ultimo vem a região centro oeste com 16 equivalendo 2,03%. Esse diagnóstico também revela que do total 348 fazem registros de ocorrências em livros, 207 utilizam formulário impresso, 17 utilizam o meio eletrônico, 16 outros tipos e 193 não fazem nenhum registro, ou seja, apesar dos problemas enfrentados pelos municípios e pela segurança pública em nosso país, tivemos um considerável avanço no que tange aos municípios tomarem para si o desafio de compor as suas guardas municipais e assim promoverem políticas públicas em segurança pública em nível local, mas também nos remete a uma reflexão acerca da modernização, capacitação, formação e engajamento para a prática de eficientes e eficazes em suas respectivas áreas.

De acordo com esta pesquisa, realizado pelo IBGE municípios tinham Guardas Municipais, sendo a maior parte (75,8%) grandes centros urbanos com população entre 100 mil e 500 mil. No artigo na Revista Brasileira de Segurança Pública, Carolina e Haydée discutem o papel da guarda municipal e seus integrantes e concluem que a instituição é “complexa e desconhecida”:

Em comparação com uma pesquisa realizada pela SENASP, em 2003, tivemos um aumento significativo das guardas municipais no país. Em sua pesquisa denominada “Perfil Organizacional das Guardas Municipais”, as Guardas Municipais estavam distribuídas pelo território nacional de forma heterogênea. Verificou-se uma grande concentração na região

Sudeste, em particular no Estado de São Paulo. Cerca de 71% das 192 Guardas Municipais que responderam ao questionário se encontra nesta região geográfica. As regiões Nordeste e Sul concentram 12,5% e 11,5% do total das Guardas Municipais, respectivamente. As regiões Norte e Centro-Oeste são onde se localiza menor número de Guardas Municipais.

**FIGURA 8: Concentração das Guardas Municipais por região geográfica (Brasil – 2003):**



Fonte: Ministério da Justiça / Secretaria Nacional de Segurança Pública / Departamento de Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal em Segurança Pública / Pesquisa Perfil Organizacional das Guardas Municipais 2004.

### 3.1 inserção da guarda municipal na segurança pública

Na expectativa de contribuir com a redução da falta de segurança que existe nos municípios, aproveitando os recursos humanos e financeiros locais, espero estar proporcionando, na realidade, uma argumentação significativa, quanto à otimização da prestação de serviço das Guardas Municipais.

A falha na segurança pública, até pouco tempo atrás, estava relacionada com a ausência de sintonia e sinergia entre as esferas públicas, no âmbito municipal, estadual e federal, onde cada qual transferia a sua parcela de responsabilidade para outro segmento.

Após muitos estudos sobre o assunto, foi diagnosticado o problema, desencadeando-se então, por meio do governo federal, medidas que visam suprir, de maneira significativa estes focos globais e locais, com o emprego das Guardas Municipais.

Com o advento do Plano Nacional de Segurança Pública, iniciou-se uma nova etapa na existência das Guardas Municipais, onde estas corporações passaram a assumir, cada vez mais, a sua parcela de responsabilidade frente à segurança pública local.

Desse modo, cabe lembrar que a individualidade e o respeito de cada corporação que atua na esfera policial estão, efetivamente, na valorização dos seus integrantes e na manutenção de uma identidade própria, vindo uma a crescer com a existência da outra.

A Guarda Municipal é um dos poucos órgãos, senão o único, de prestação de serviço público municipal, que está inserida na Constituição Federal, tamanha a sua importância frente à segurança pública local.

Segundo Aguiar, (2008)

Os guardas municipais vivem em permanente tensão com a Polícia Militar por não estar claramente definido o que podem fazer. Exige-se que façam policiamento preventivo, mas legalmente não possuem poder de polícia. Elas observam ainda que grande parte das guardas municipais é comandada por policiais militares reformados ou na ativa, que operam com códigos simbólicos característicos dos militares, internalizados também no processo de formação e aperfeiçoamento profissional. (AGUIAR, 2008:35).

Constitucionalmente, o papel das guardas está restrito ao policiamento dos bens, serviços e propriedades públicas. Entretanto, no mundo real as guardas são acionadas cotidianamente para mediar e administrar conflitos no espaço público. Seja na escola, na praça, no trânsito, nas quadras de um bairro, nos corredores comerciais e culturais, os guardas são exigidos e deles se espera uma resposta, um encaminhamento, uma atuação. O fato é que elas ainda estão legalmente limitadas e só podem ocupar-se da proteção de bens e serviços municipais. No entanto nada impede que elas atuem prevenindo crime, pelo efeito inibitório de sua mera presença ostensiva, uniformizada, nas ruas. E que contribuam para sua contenção, prendendo em flagrante, o que é facultado a todo cidadão pelo código de processo penal “... a polícia deve e o cidadão pode...” isso quer dizer, mesmo sem poder de polícia, a guarda municipal não está impedida de cumprir um relevante papel na provisão da segurança. E o

fará tão melhor quão mais integrada estiver com o núcleo de coordenação das políticas preventivas e com as polícias estaduais.

O artigo 78 do código tributário Nacional nos oferece um conceito exato, quando estabelece que “Poder de polícia é a atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou a abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos”. É o poder e o dever que tem o Estado de, por intermédio de seus agentes, manter coercitivamente a ordem interna, social, política, econômica, legal ou sanitária e preservá-la e defendê-la de quaisquer ofensas à sua estabilidade, integridade ou moralidade; de evitar perigos sociais, de reprimir os abusos e todo e qualquer ato capaz de perturbar o sossego público; de restringir direitos e prerrogativas individuais; de não permitir que alguém use do que é seu em prejuízo de terceiro; de interferir na indústria e no comércio internos e com o exterior, para lhes regular as funções; de proibir e limitar a exportação: de zelar pela salubridade pública, proteger ou resguardar a propriedade pública e privada, a liberdade e a segurança do indivíduo e da família, para que haja paz na vida coletiva.

O poder de polícia, que encontra sua razão no interesse social e seu fundamento na supremacia geral que exerce o Estado sobre todas as pessoas, é, segundo Helly :

a faculdade de que dispõe a Administração Pública para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado.(MALHEIROS.1995:32)

Celso Antônio Bandeira de Mello, criticando a expressão poder de polícia, acaba por dizer que a mesma “Refere-se, pois, ao complexo de medidas do Estado que delinea a esfera juridicamente tutelada da liberdade e da propriedade dos cidadãos.”

Mais importante, é a lição de Caio Tácito, que expõe que:

O poder de polícia é, em suma, o conjunto de atribuições concedidas à Administração para disciplinar e restringir, em favor do interesse público adequado, direitos e liberdades individuais.(TÁCITO, 2002 p.63)

### **3.2 Funções e Atribuições comuns às Guardas Municipais**

A partir dos anos 90 o papel dos municípios marcou um envolvimento maior na esfera da segurança pública, sendo que tanto o governo federal como os municipais passaram na última década a atuar de forma mais intensa na segurança, reconhecendo a relevância da problemática para a população.

As guardas municipais possuem, através da Constituição Federal de 1988, um poder municipal que corresponde à proteção dos bens, serviços e instalações dos municípios, mas, na prática realizam um elevado número de atividades, incluindo as já citadas, temos: patrulhamento ostensivo a pé e motorizado dos próprios municipais, atendimento de Ocorrências Policiais, fiscalização do trânsito, ronda escolar, auxílio à polícia militar, auxílio ao público, posto de guarda em bairros, entradas da cidade e outros locais, barreiras física ou cancelas em bairros, patrulhamento ostensivo montado, serviços administrativos, vigilância e segurança patrimonial, defesa civil e proteção ambiental.

O fato social é sempre o ponto de partida na formação do Direito, que surge das necessidades fundamentais das sociedades humanas, reguladas por ele como condição essencial à sua própria sobrevivência. É no Direito que encontramos a segurança das condições inerentes à vida humana, determinada pelas normas que formam a ordem jurídica. Antes de nascermos, já somos protegidos por suas leis. Durante o período de nossas vidas, nos deparamos a todo instante com ele e, mesmo depois de partirmos, é o Direito que dirige o que aqui deixamos. O papel do Direito nas guardas municipais e o reconhecimento de suas leis são de suma importância para as funções e atribuições das guardas municipais. Por isso é de fundamental importância que todas as guardas (Instituições) tenham a clareza da compreensão das necessidades básicas da comunidade, a interação social – reflexiva sobre diferentes formas de ação-reação, bem como as técnicas de expressão, abordagem do cidadão em situações cotidianas e críticas e um bom preparo psicológico na administração de conflitos.

### **3.3 Segurança pública e guarda municipal na Constituição de 1988**

A Constituição Federal, em seu Capítulo III (da Segurança Pública), organiza e define:

“Art. 144 – A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos:

- I – polícia federal;
- II – polícia rodoviária federal;
- III – polícia ferroviária federal;
- IV – polícias civis;
- V – policiais militares e corpos de bombeiros militares.

§ 4º - Às polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.

§ 5º - Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 8º - “Os Municípios poderão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações, conforme dispuser a lei”.

A Guarda Municipal não faz parte da segurança pública propriamente dita, tanto que não é listada no aludido caput do dispositivo constitucional, mas sim referida em um parágrafo (o 8º), cujo respectivo texto é explícito e conclusivo ao limitar a ação da mesma à proteção dos bens dos municípios e de seus serviços e instalações, e, ainda assim, desde que o seja “conforme dispuser a lei”.

Quando o dispositivo constitucional menciona, conforme dispuser a lei, pelo fato de ser a Constituição Federativa do Brasil que trata deste item, ela menciona implicitamente “Lei Federal”, sendo ainda, uma Lei Complementar, uma vez que tem por “função promover a complementação das previsões constitucionais, que na maior parte das vezes não são auto-executáveis e devem ser aprovadas por maioria absoluta dos votos dos membros das duas Casas do Congresso Nacional” (DURVAL, 2002 p.84)

A ausência de uma Lei complementar que regule as atividades das Guardas Municipais tem causado grande confusão nas instituições e em seus integrantes, não existe uma padronização a nível federal, com relação a procedimentos, regulamentos, Leis, comunicação e equipamentos, cada prefeito monta sua Guarda como bem lhe convier, o que existe nestas instituições é uma crise de identidade, o guarda municipal hora faz serviço de policia, em muitas guarda sem condições instrumentais nem aparato policial, (armamento, viatura e equipamentos) hora faz serviço de agente social.

### **3.4 A participação dos Municípios na Gestão Integrada da Segurança Publica**

A participação dos municípios na segurança pública, papel que tem sido constitucionalmente reservado aos Estados membros e à União, apesar de inovadora e recente em nível de Brasil, a cada dia tem se demonstrado indiscutível, imprescindível e irreversível.

A nova estrutura de poder implantado com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que adotou claramente a tese do municipalismo, reservou um papel tímido aos municípios na administração estatal da justiça e da segurança. Conquanto unidades primárias do pacto federativo, mas onde se situa geograficamente o componente humano do estado, a repercussão do crescimento acelerado das demandas em segurança pública é, por esse tanto, muito mais visível, palpável, mensurável a nível municipal, do que a nível estadual e federal, onde o fenômeno se vislumbra apenas de forma reflexiva. Daí a constatação que a cada dia vem se tornando indiscutível, de que urge a necessidade de revisão do pacto federativo para o monopólio estatal da justiça e da segurança, aumentando a cota de responsabilidade dos municípios, senão, equiparando-os neste particular aos Estados-membros, mercê do que ocorre na área da saúde e educação.

### **3.5 O papel do município no Plano Nacional de Segurança Pública**

Com a implantação do Plano Nacional de Segurança o Governo Federal criou o sistema Único de Segurança Pública (SUSP) visando à gestão integrada dos órgãos integrantes da malha constitucional da segurança pública. Nesse contexto merece destaque a iniciativa ousada de inclusão dos municípios no SUSP, para desenvolvimento de um novo paradigma de atuação das Guardas Municipais do Brasil.

Mesmo convivendo nacionalmente com a orientação díspares, sendo bem gerenciadas, padronizadas e dotadas de mecanismo adequado de estruturação, funcionamento,

controle e atuação, as Guardas Municipais tornar-se, segundo o plano, agências fundamentais e extremamente eficientes para coibir os crimes de menor potencial ofensivo. A integração ao Plano Nacional de Segurança requer que os Municípios reconheçam publicamente às Guardas municipais o papel de instituições permanentes e essenciais à política municipal de segurança, atribuindo-lhes perfil e identidade institucionais a política nacional de segurança, a concepção do plano é bem clara quanto ao futuro papel das Guardas Municipais, segundo o qual, deverão constituir-se quanto a normatização legal básica, em políticas Municipais eminentemente preventivas e comunitárias.

### **3.6 A importância da Guarda Municipal no Plano Nacional de Segurança Pública**

Nesta ordem de idéias, para que o município possa ingressar e assumir um papel ativo e dinâmico no campo da administração da justiça, segurança pública e direitos humanos, torna-se imprescindível que a administração municipal viabilize a implementação de todas as medidas necessárias a construção de uma nova identidade institucional as atuais guardas municipais, dentro de um contexto de política de segurança urbana no município. Nessa visão deve-se construir a compreensão do papel da segurança urbana municipal, e da própria Guarda municipal, não apenas por parte de seus profissionais, como também por parte da própria administração municipal e da comunidade, inaugura uma nova concepção de segurança pública, qual seja, de promover segurança preventiva e comunitária, tendo a Guarda Municipal como órgão executor dessa nova política. Para tanto, é necessário a administração municipal conhecer e identificar de forma precisa a dinâmica da violência no município. O diagnóstico é imprescindível para a elaboração de um planejamento estratégico a partir de dados concretos e de prevenção da violência, em ultimo análise, viabilizando um verdadeiro Plano Municipal de Segurança e Prevenção da Violência.

Os gestores municipais possuem um papel fundamental no esforço conjunto de prevenção da criminalidade. Não se trata de municipalização da segurança pública e nem da transferência de responsabilidade para os municípios. Na Verdade a idéia é expandir a participação do poder municipal no desenvolvimento e execução de programas e ações de prevenção da violência (MACIEL,2009:19)

Nesta concepção as guardas municipais precisam caminhar rumo a uma nova visão, integrada e aberta às novas possibilidades de segurança pública. Faz-se necessário que as Guardas Municipais e Executivo estejam em sintonia com os problemas de segurança do município, mudando a maneira de pensar e de agir, tendo em vista que, esta integração e a

inserção da Guarda na estrutura de proteção social, é imprescindível para viabilizar uma gestão mais democrática e autônoma dos municípios no combate as causas da violência.

#### 4. ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

A coleta de dados através de entrevista foi realizada no período de 01/10/2009 a 22/12/09. Foram entrevistados 10 alunos de ambos os sexos, do 6º ao 9º ano e faixa etária entre de 12 a 16 anos; 09 funcionários com escolaridade variando do ensino fundamental à pós-graduação, todos da Escola de Ensino Fundamental José Ayrton Teixeira, além de, 11 guardas integrantes do pelotão ROPE.

De acordo com os integrantes do ROPE entrevistados, ser dinâmico na interação com a comunidade, ter controle emocional, ter amplo conhecimento no que diz respeito à educação, acreditar que a educação é o caminho para um futuro sem violência, ter bom relacionamento com o público, ter visão ampla de vários assuntos e procedimentos, iniciativa, gerenciamento de crises e muita paciência e identificar a pedagogia exercida pelos seus comandantes, são alguns fatores necessários para um guarda municipal fazer parte do pelotão de Ronda Preventiva Escolar.

Realizando a transcrição das entrevistas pôde-se observar nas respostas dos alunos e funcionários, como é o relacionamento do ROPE com seu público alvo.

*Não existe contato, os guardas municipais são muito sérios, não querem papo com ninguém que não seja da guarda, eles entre eles conversam muito, o relacionamento dos guardas com a gente não existe, as vezes eu tenho é medo de olhar para eles.(Aluno A, 14 anos, 8º ano)*

*Não sei, acho que não existe, nunca vi um guarda conversando com ninguém daqui, eles ficam sempre de óculos e tem cara de mal, até uma menina que é guarda também tem “cara fechada”.(Aluno B, 16 anos, 9º ano)*

*Normal, eles e nós não somos muito de nos misturarmos, cada um no seu canto. Se eles me encara eu também encaro, tem amigos meu que vira a cara, eu não encaro mesmo.(Aluno C, 15 anos, 9º ano).*

*Eles são muito na dele, ficam de óculos escuro o tempo todo e não falam com ninguém, isso as poucas vezes que vi, eu nunca vou querer contato com eles.(Aluna D, 15 anos, 9º ano).*

*Não tem, eles são muito arrogantes, chegam na escola cheios de “marra”, ficam o tempo todo de braços cruzados dar um bom dia só olhando como se olha para marginais, eu acho a maior mentira essa ronda.(Aluno E, 14 anos, 9º ano).*

*Que relacionamento? (Funcionário A, 35 anos de idade , trabalha a 9 anos na escola)*

*Deixa a desejar. Às vezes eu sirvo café para eles e sinto que me olham com ar de superioridade.(Funcionária B, 40 anos de idade, trabalha há 2 anos na escola*

*Sem proximidade. Distante. Eu diria que extremamente profissional. (Funcionária C, 49 anos de idade, trabalha há 13ª nos na escola).*

*Quase nulo. Aqui na escola eles não se relacionam com ninguém. (Funcionária D 28 anos de idade, trabalha na escola há 5 anos)*

*Quase não existe, ou melhor, não existe mesmo, nem bom, nem ruim, simplesmente inexistente.(Funcionária E, 34 anos de idade, trabalha na escola há 6 anos).*

No decorrer da entrevista foi constatado que a ronda escolar não tem uma rotina sistemática de visita às escolas, esquematizando suas rondas por demandas, a falta de efetivo e logística provoca um intervalo consideravelmente grande entre uma ronda e outra, chegando ser em média quinzenal estas visitas, em certos períodos do ano (períodos festivos), em que o ROPE é deslocado para outra atividade que não seja a ronda escolar, como por exemplo: fazer segurança em eventos de interesse da prefeitura; períodos em que as escolas se encontram sem aulas, visitas do pelotão a estas ultrapassam o intervalo de um mês; outro fato observado é o tempo que demoram na escola, em média 10 minutos, e quando são solicitados para alguma ocorrência, chegam a escola após meia hora, conforme depoimentos.

*As rondas na escola são periódicas, devido à falta de efetivo e logística não temos uma ronda sistemática na escola, alia-se a isso o motivo da escola em questão estar localizada num regional bastante grande, como é o caso da regional V.(Guarda A, Ensino Médio, 6 anos no (ROPE).*

*Entre uma visita e outra havia um espaço grande de tempo. Mas, mesmo fora da rota procurávamos visitar a escolar quando estávamos pertos. Ao chegar na escola, Verificação do perímetro, indagação ao porteiro sobre elementos suspeitos, conversa com a diretora e ronda interna detalhada (Guarda H, Ensino Médio, 3 anos no ROPE).*

*Demora um pouco. A frequência é maior quando a escola apresenta problemas, tipo pessoa usando drogas no entorno ou dentro da escola ou brigas de gangues no arredores, coisa deste tipo. Ao chegar na escola falar com o porteiro e saber da existência de riscos a comunidade escolar (Guarda G Ensino Médio, 2 anos no ROPE).*

*Quando saímos da base traçamos uma rota, se a escola citada estiver na rota, nós passamos nela. Não temos a obrigatoriedade de passarmos em uma determinada escola todo dia ou em horário pré-estabelecido. Tudo vai depender da operacionalidade. Ao chegar na escola, Geralmente o motorista fica do lado de fora na viatura e um patrulheiro vai falar com a diretora para saber da normalidade na escola (Guarda J, Ensino Médio, lano e 6 meses no ROPE).*

*Os guardas ficam pouco tempo na escola, entram e saem. Alguns nem entram na escola, ficam no carro ouvindo mp3, aí um guarda entra na escola e vai falar com a diretora e vão embora, assim mesmo, friamente, se ver algum funcionário ou aluno pelo caminho não dá nem boa tarde, na minha opinião eles deveriam ter aulas de relacionamento com o público, afinal, querendo ou não trabalham com o público e terão que tratá-los bem. (Funcionária D, 28 anos de idade, trabalha na escola há 5 anos). O tempo médio eu não sei, sei que é muito tempo, isso quando vêm. Quando o ROPE chega na escola o tumulto já tem acabado. Depoimento da mesma funcionária referindo-se ao tempo que demora ROPE para chegar na escola após ser acionado.*

*Quando o ROPE vêm atender um chamado da escola demora em média 30 minutos, mas quando é o Ronda do Quarteirão (policia militar) demora bem menos, cerca de 10 minutos ou menos. Não fazem permanência na escola, infelizmente, pensam que estão rondando, mas na realidade não fazem uma coisa nem outra, só passam pela escola e falam com a diretora (Funcionária I, 40 anos de idade, trabalha na escola há 5 anos).*

*A frequência da ronda escolar na escola é quinzenal, eles não fazem permanência não sei porque, eu acho muito bom quando eles estão na escola, queria que ficassem o dia todo, ah e a noite também. (Funcionária H, 40 anos de idade, trabalha na escola há 8 anos).*

Alguns professores, funcionários e alunos da escola em questão não souberam diferenciar um guarda da ronda escolar de um outra guarda municipal, isso porque, segundo os entrevistados, o ROPE usa o mesmo uniforme, equipamento e suas viaturas tem a mesma caracterização das viaturas dos outros pelotões, inclusive o *modus operandi* é o mesmo usado em abordagens policiais, o que demonstra falta de identidade própria. Alunos que presenciaram ou foram abordados por guardas do ROPE relatam.

*Não pra mim é tudo igual, os que vem aqui na escola usam coletes a prova de bala tem algemas e spray de pimenta, mas eu já vi outro guardinhas com esse mesmo aparato por aí, eu não vejo nenhuma diferença entre eles. Avalio o serviço normal, nada de excepcional,*

*eles chegam aqui e ficam calados com cara de mal, acho que é pra intimidar a gente, eu não ligo mas tem amigos meu que não gosta e fica encarando também.*(Aluno A, 14 anos, 8º ano)

*Sei diferenciar sim: os da ronda escolar usam coletes a prova de balas, spray de pimenta e um cassetete com um cabo de lado; têm uns que usam arma. Um dia eu vi foi uma guarda mulher com um “três oitão” (referência a revolver calibre 38), “ela era fera”. Avalio o serviço beleza! Quando os caras chegam aqui, todo mundo fica logo com medo, principalmente quando tem algum guarda armado, até parecem os “homens de preto”! Não conheço ninguém que foi abordado pelo ROPE, eles são gente boa, só fazem cara de mal por causa do trabalho, eu acho que é pra não dar moral, entende? (Aluno C., 15 anos de idade, 9º ano).*

*Não, pra mim são todos iguais eu não vejo diferença, eles nem usam arma, somente colete e cassetete, Já vi outro na rua vestido assim com colete e cassetete. Não conheço nem nunca fui abordado pelo ROPE, mas já vi na televisão que eles não podem usar revólver, e mesmo assim usam, eu já vi um guarda municipal armado com um revólver, meu amigo disse que é pra abordar os meliantes (Aluno D, 15 anos, 9º anos).*

*Não. A farda é a mesma pra todo mundo. Se eu não me engano os guardas do ROPE têm esse nome escrito no braço da camisa. Sim, conheço alguém que já foi abordado pelo ROPE, meu amigo que estuda na outra sala foi abordado quando vinha pra aula e foi tratado com muita ignorância. (Aluna E, 14 anos, 9º ano).*

*Não vejo diferença entre um guarda e outro, a não ser pelos equipamentos que carregam, parecem policiais do GATE (Grupo de ações táticas da Polícia Militar), “Homens de preto” (referência ao Filme: MIB – Homens de Preto). É uma parafernália doida! Deviam era se preocupar com a postura, o comportamento, não querer imitar a polícia. Já temos muita polícia no Brasil, não precisamos de mais uma. (Funcionária F, 29 anos de idade, trabalha na escola há 5 anos).*

De acordo com os guardas entrevistados, a ronda é feita no perímetro interno e externo da escola. As abordagens se processam nos dois espaços, conforme a situação exigir, sempre com cautela e segurança. Porém se for preciso usar da força, esta será usada, no entanto, a necessária para conter uma agressão real e injusta. Uma das dificuldades apontada pelos guardas em sua rotina de trabalho, além de um efetivo reduzido, é a falta das armas de fogo, pois, alegam os guardas que no deslocamento e entorno das escolas se faz necessária

uma abordagem mais ostensiva. Vejamos como é a metodologia operacional do pelotão nos relatos dos guardas entrevistados:

*A formação inicial é igualitária para todos os guardas no curso de formação, depois aqueles guardas que desejarem ingressar no ROPE, passarão por um curso específico onde serão abordados assuntos relacionados à criança e ao adolescente. A maior dificuldade na realização da ronda escolar é a falta de arma de fogo, a guarda municipal de fortaleza ainda não está autorizada pela polícia federal a portar arma de fogo, mas para minha defesa eu uso a minha, trabalho armado sim. Ao chegar na escola vasculhamos o perímetro exterior, olhamos tudo em volta da escola, só depois entramos na escola, pegamos a assinatura da diretora e aí partimos para outra escola. Quanto as abordagens não importa o local, (dentro ou fora da escola) tanto faz, suspeito é suspeito e nossa obrigação para com a segurança da comunidade escolar é abordarmos e revistá-los se for o caso. Nós agimos da mesma forma em qualquer situação, sempre com cautela e segurança.(Guarda B, Ensino Médio, 1 ano e seis meses no ROPE).*

*A diferença entre nós e os outros é que os guardas do ROPE são mais preparados para trabalhar com crianças e adolescentes, e a disciplina e hierarquia são os pilares de sustentação do pelotão. A dificuldade encontrada na realização da ronda escolar, é que não podemos usar arma de fogo, com isso fica muito difícil nossas abordagens, mesmo assim, tem guardas que usam para sua defesa pessoal, afinal, estamos rondando e um guarda fardado e em uma viatura torna-se um alvo. Ao chegar, alguns guardas entram na escola, outros ficam do lado de fora observando o exterior da escola. Eu prefiro abordar do lado de fora da escola, para que os alunos não vejam a cena, peço para o elemento sair, e do lado de fora faço a revista pessoal, o velho “baculejo”. Agimos sempre com muita segurança e seriedade, nunca com violência nem agressividade, as pessoas às vezes confundem, e acham que agimos com violência, mas só usamos a força necessária.(Guarda C, superior incompleto, 1 ano e seis meses no ROPE).*

*Eu recebi treinamento específico para lidar com crianças e adolescentes. A dificuldade encontrada na realização da Ronda Escolar é a de material didático para uma comunicação mais próxima com os alunos e armamento adequado para abordagem a indivíduos suspeitos. Ao chegar na escola observa-se se há presença de indivíduos suspeitos ou indivíduos estranhos à escola, conversamos com o porteiro para colher informação e depois dirige-se até a direção para falar com a diretora.*

*Dependendo da situação abordamos fora da escola, na maioria das vezes, mas nada nos impede que façamos abordagem policial dentro da escola. Toda ação deve ser conduzida com o máximo de cuidado para não constranger ninguém. (Guarda D, ensino médio, 1 ano e 5 meses no ROPE).*

*A maior dificuldade encontrada na realização da Ronda Escolar é a quantidade de integrantes. Temos poucos guardas trabalhando no ROPE para cobrir todas as escolas de fortaleza. Ao chegar na escola, fazemos ronda ao redor da escola para ver se algo errado está acontecendo e em seguida conversamos com a diretora e porteiro. As abordagens contra elementos em atividades, na maioria das vezes fora da escola, mas se o elemento estiver dentro da escola é claro que iremos abordá-lo. A equipe deve ser coesa (Guarda E, ensino médio, 1 ano e seis meses no ROPE).*

*Ao chegar na escola, qual a primeira providência a ser tomada? É procurar a direção da escola. Atenção no que diz, aos problemas da escola. As abordagens contra elementos em atividades suspeitas (não alunos) são feitas geralmente no perímetro da escola e são feitas com cautela, preocupando-se em passar uma imagem de cidadania (Guarda I, graduado, 1 ano no ROPE).*

Observa-se que alguns guardas municipais que trabalham no pelotão da ronda escolar, sentem a necessidade de portar arma de fogo para sua defesa pessoal e para assegurar a integridade física dos cidadãos, e a isso atribuem a dificuldade de se trabalhar na ostensividade da farda desvinculada do armamento, gerando uma sensação de inutilidade enquanto profissionais de segurança pública. Neste contexto, entende-se que o ROPE trabalha com certa limitação em atender diversos tipos de ocorrências devido seu grau de potencialidade ofensiva, bem como, em não visitar algumas escolas durante a ronda noturna.

Conforme a Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, regulamentada pelo decreto nº 5.123 de 1º de julho de 2004, a autorização para o porte de arma de fogo das guardas municipais é concedida pela Polícia federal e está condicionada à formação funcional de seus integrantes em estabelecimentos de ensino de atividade policial, à existência de mecanismos de fiscalização e de controle interno (ouvidoria e corregedoria), para a apuração de infrações disciplinares atribuídas aos servidores integrantes do Quadro da Guarda Municipal. O Porte de Arma de Fogo aos profissionais das guardas municipais, será concedido desde que

comprovada a realização de treinamento técnico de, no mínimo, sessenta horas para armas de repetição e cem horas para arma semi-automática. O treinamento dos guardas municipais deverá ter, no mínimo, sessenta e cinco por cento de conteúdo prático e conter técnica de tiro defensivo e defesa pessoal.

Nota-se que, de acordo com alunos da escola em estudo, guardas que fazem a ronda naquele estabelecimento de ensino portavam arma de fogo, comportamento que foi objeto da portaria nº 192/2009, do Diretor Geral da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza, José Arimá Rocha Brito (anexo), proibindo o uso de armas de fogo por integrantes da guarda por ainda não estar devidamente regulamentado na Polícia Federal, vale lembrar que o porte de armas por integrantes da guarda municipal e defesa civil de Fortaleza além de ser uma transgressão disciplinar, também é caracterizado como crime de porte ilegal de arma, pois mesmo que o guarda tenha seu porte individual, não lhe dá o direito de portar sua arma de fogo ostensivamente e em serviço.

Ao concluir a entrevista com os guardas do ROPE, foi observado que o pelotão não tem uma proposta pedagógica definida para a ronda escolar, pois as respostas a esta pergunta eram todas divergentes, porém, no item motivação houve quase um consenso. No quesito consensual o que mais motiva os guardas é a remuneração, conforme estes, os integrantes do ROPE ganham mais que os outros guardas. Vejamos relatos abaixo:

*A proposta pedagógica do ROPE é ser amigo da comunidade escolar, fazendo valer o bom andamento das aulas, preservando o patrimônio, bem como servidores e alunos. Trabalhar no ROPE foi minha opção. Minha motivação é que identifique-me com o serviço e sinto-me útil quanto ao nosso agir, fazer com que tudo dentro da comunidade escolar transcorra com normalidade. (Guarda A, ensino médio completo. Trabalho no ROPE há 6 anos).*

*A proposta pedagógica do ROPE é oferecer segurança aos alunos e funcionários das escolas públicas do município. O ROPE tem um atrativo que o patrimonial não tem, que é trabalhar em viaturas e eventos de interesse do município, com isso surgiu a oportunidade de fazer hora extra, além disso, todos nós, mesmo os guardas que trabalham durante o dia recebem adicional noturno, isso é uma boa porque no final, os guardas do ROPE recebem um salário maior que os guardas que trabalham no patrimonial. (Guarda B, ensino médio completo. Trabalha no ROPE há 1 ano e 6 meses).*

*A proposta pedagógica do ROPE é fazer a segurança dos bens, serviços e instalações do município. O que motivou eu trabalhar no pelotão foi a flexibilidade de horário, o salário no final do mês também é um pouco maior que no patrimonial. (Guarda C, ensino superior incompleto. Trabalha no ROPE há 1 ano e 6 meses).*

*Como proposta pedagógica do ROPE, queremos com nossa presença contribuir com a segurança dos alunos, funcionários e proteção do bem público, contribuindo com a boa educação. Minha motivação era que eu queria participar mais efetivamente da interação da guarda com a comunidade escolar.(Guarda D, ensino médio completo. Trabalha no ROPE há 1 ano e 5 meses).*

*Nossa proposta pedagógica é de interagir com alunos para manter um relacionamento amigável, manter a ordem e proteger o bem público. Fui motivado a integrar o pelotão por acreditar na educação e na mudança das pessoas, e isso faz com que eu realize um bom trabalho.(Guarda E, ensino médio completo. Trabalha no ROPE há 1 ano e 6 meses).*

*Acredito que a proposta pedagógica do ROPE deve ser de uma escola mais segura.*

*Minha motivação é melhorar a minha remuneração. No ROPE fazemos mais horas extras e o horário de trabalho é mais flexível.(Guarda F, ensino médio completo Trabalha no ROPE há 13 meses)*

*A proposta é simples, Segurança Escolar. Trabalhar no ROPE foi uma opção. Saí do posto de serviço que estava, pois o mesmo não me dava condições de trabalho e conseguir fazer horas extras. (Guarda G, ensino médio completo trabalha no ROPE há 26 meses)*

*A proposta pedagógica do ROPE é dar tranqüilidade, orientar e fornecer informações aos diretores e funcionários sobre diversos aspectos de segurança. Ser amigo da escola. O que me motivou foi trabalhar junto a escolar e tentar melhorar a condição de segurança e assim dar tranqüilidade aos professores para lecionar. (Guarda H, ensino médio completo. Trabalha no ROPE há 3 anos)*

*O pelotão tem em sua pedagogia: Cidadania, prevenção acima de tudo. O que me motivou foi o trabalho diferenciado nas escolas. (Guarda I, ensino superior completo. Trabalha no ROPE há 1 ano)*

*Temos como proposta pedagógica ser amigo e protetor sem desprezar o respeito mútuo. Trabalhar no ROPE foi minha opção sim, mas o que me interessou foi o fato de no ROPE eu poder trabalhar em viatura, ser mais respeitado, fazer meu trabalho sem ter ninguém me chamando de “guardinha”, e também não vou negar a motivação financeira, no*

*ROPE* você ganha mais que no patrimonial, porque tem mais possibilidades de fazer hora extra e receber adicional noturno.(Guarda J, ensino médio completo. Trabalha no *ROPE* há 1 ano e 6 meses).

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propunha a avaliar o Programa Ronda Escolar da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza, tomando como base desta pesquisa a Escola Municipal de Ensino Fundamental José Ayrton Teixeira. Para tanto, foram entrevistados alunos e funcionários da Escola além de guardas municipais pertencentes à Ronda Preventiva Escolar (ROPE).

Para confecção da entrevista foram combinadas as metodologias de experiências vividas, com a análise de discurso na busca de uma compreensão ampla e crítica, atentando para as questões que se relacionavam com a legalidade e segurança em assuntos polêmicos como o uso de arma de fogo pelos guardas do ROPE.

A coleta de dados foi feita em três momentos distintos e contínuos. Durante entrevistas com integrantes do pelotão ROPE algumas perguntas ficaram sem respostas, pois os guardas temiam futuras represálias, caso fossem identificados. Como ficou constatado a Guarda municipal e Defesa Civil de Fortaleza mantêm em sua estrutura uma hierarquia verticalizada, com atribuições bem definidas entre superiores e subordinados, aqueles mandam estes obedecem. Outro ponto a considerar é o fato do pesquisador pertencer à guarda municipal e defesa civil de fortaleza na função de subinspetor, motivo esse que dificultou as abordagens.

Como relatado neste trabalho, o pelotão ROPE possui um efetivo de pessoal e aparelhagem logística muito limitada, pois são apenas 58 integrantes entre guardas e subinspetores, 5 viaturas e 3 motos para fazer a ronda em todas as 429 escolas do município de Fortaleza. Como se não bastasse o número crescente de escolas, o ROPE ainda participa na segurança de eventos de interesse da prefeitura.

De acordo com as respostas dos guardas, alunos e funcionários nas entrevistas, não existe nenhuma forma de relacionamento entre guardas e alunos, como também não existe relacionamento entre guardas e funcionários. A única pessoa que é vista pelos guardas na escola é a Diretora. Não se pode pensar em oferecer segurança preventiva sem comunicação. Deve haver uma maior aproximação entre os personagens envolvidos, a troca de informação, a confiança e o respeito tem que ser mútuo.

Diante do que foi analisado e discutido, pode-se dizer que o ROPE não tem uma proposta pedagógica definida e que seus integrantes estão confusos quanto as suas atribuições. Deve-se entender que o agente de segurança que trabalha com jovens estudantes é acima de tudo um agente social. Pelo que foi observado, os guardas do ROPE estão mais preocupado com a ostensividade que com a prevenção.

Olhando pela legalidade, os guardas municipais por força constitucional encontram-se legitimados a defenderem os bens, patrimônio e instalações do município, apesar de que a atividade de policiamento ostensivo somente poderá ser exercida pela polícia. A afirmação de que a população é o maior patrimônio do município não legitima a guarda municipal a exercer a função de polícia ostensiva nem repressiva.

Apesar da segurança pública não ser responsabilidade do município, ele não pode ser insento da participação na preservação da segurança, mesmo porque, é no município que ocorrem maiores casos de violência e criminalidade, portanto, é uma atividade de interesse local. Segurança pública não se faz somente com repressão e ostensividade, é feita também com prevenção e ação social. Após a constituição de 1988, ficou claro que segurança pública é um conjunto de serviços que proporcionam tranquilidade à comunidade, de forma a garantir o bem-estar pessoal e coletivo.

A Guarda Municipal de Fortaleza tem sua estrutura operacional montada nos moldes militares, com subdivisões de grupos, frações e pelotões, isso é uma herança do militarismo, pois por muito tempo a GMDCF foi comandada por militares que se alternavam entre exército e polícia militar. Em outra forma de pensamento deve-se construir uma guarda mais cidadã e totalmente desvinculada do militarismo, uma guarda voltada para as ações sociais, e que tenha maior compromisso com a prevenção que com a repressão e ostensividade. Neste campo fértil o município pode atuar na proteção do patrimônio público, cultural, meio ambiente e também no apoio a continuidade dos serviços e de outros órgãos (apoio a comunidade, proteção as crianças, adolescentes e idosos) sejam de ordem social, psicológica ou patrimonial.

As Guardas Municipais jamais poderão ser policiais em ação, mediante provocação, e sim, de atitudes constantes comunitárias na prevenção. Nesse sentido, nota-se a necessidade da interdependência das ações, onde as Guardas Municipais deverão investir em educação e cidadania para prevenir a violência ,incentivar a participação da comunidade e abandonar um caráter puramente repressivo, que de nada contribui para a melhoria da vida da população.

## 6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGUIAR, Jaques F. **As tricomias de Ricardo Balestreri: a semiótica do bem para a Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza**. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.
- \_\_\_\_\_. Jaques F. **O resgate do mandato institucional no ambiente escolar**. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2008.
- ALEIXO, Josinaldo. **A vida na presença da violência. Democracia Viva**. São Paulo, n. 31, p. 28-32, abr./jun. 2006.
- ALVES FILHO, Ivan. **Violência & cultura. Política democrática**. Brasília, v. 6, n. 17, p. 57-62, mar. 2007.
- AMARAL, Luiz Otavio de Oliveira. **Direito e Segurança Pública: a juridicidade operacional da polícia**, p 15.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edição 70, 1997.
- BASTO, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Constitucional**, São Paulo, ed. Saraiva, 1981. p.162
- BAUDRILLARD, Jean. **"A Transparência do Mal, ensaios sobre fenômenos extremos"**. Campinas: Papyrus, 1990.
- BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Petrópolis: vozes. 2003.
- BENEVIDES, Maria Victória. **A Violência é Coisa Nossa. In A Violência no Esporte, vários autores**. Secretaria. da Justiça e da Defesa da Cidadania. São Paulo, 1996.
- BRASIL, Constituição Federal, Artigo 144 – Rio de Janeiro: Saraiva 2000.
- BRASIL, Ministério da Justiça. SENASP. **Modernização das polícias brasileiras**. 2005.
- BRASIL, Ministério da Justiça. SENASP. **Perfil Organizacional das Guardas Municipais**. 2003
- CANDAU, Vera e outras-Oficinas **Pedagógicas de Direitos Humanos**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995.
- CAVALLARI, Durval Ayrton. **Manual Prático da Direito Constitucional**, São Paulo ed. Iglu, p.92
- CUNHA, Luiz Antônio, (1979). **Notas para uma leitura da teoria da violência simbólica. Educação & Sociedade**, nº 4, p. 79-110, set., (1982). **A simbólica violência da teoria. Cadernos de Pesquisa**, nº 43, p. 55-57, nov.

**Direito Administrativo Brasileiro**, 22ª edição, Malheiros: 1995. 32p.

DIMENSTEIN, Gilberto. **A Epidemia da Violência**. Folha de São Paulo, 1996. DIMENSTEIN, Gilberto. **O cidadão de papel: a infância, a adolescência e os direitos humanos no Brasil**. 2. Ed.. São Paulo: Ática, 2006. 136 p.

FEGHALI, Jandira; MENDES, Candido; LEMGRUBER, Julita (Org.). **Reflexões sobre a violência urbana: (in) segurança e (des)esperanças**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. 161 p.

FRANCO, M<sup>a</sup> Amália S. História de vida: uma abordagem emancipatória aliando pesquisa e formação de professor reflexivo. Disponível em [www.educacaonline.pro/br/art\\_historia\\_de\\_vida.asp?f\\_id\\_artigo=500](http://www.educacaonline.pro/br/art_historia_de_vida.asp?f_id_artigo=500) acessado em 22.jul.09.

FURTADO, O e GONZALEZ REY, Fernando L (orgs.) **Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GILL, Rosalind. Análise de discurso In: BAUER, Martin W; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: Um manual prático**. Petrópolis: Vozes, 2003.

GONZALEZ REY, Fernando L. **Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002.

HAGUETTE, Teresa M<sup>a</sup>. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 1987.

<http://www2.gmf.fortaleza.ce.gov.br/index.ph>. Acesso em 01/10/2009; 19:00  
[http://fortaleza.ce.gov/index.php?option=com\\_content&task=view&id=19&Itemid=34](http://fortaleza.ce.gov/index.php?option=com_content&task=view&id=19&Itemid=34)  
[http://fortaleza.cidadedepaz.com/index\\_start.php](http://fortaleza.cidadedepaz.com/index_start.php) - Programa “Fortaleza de Paz” 2008  
[http://pt.wikipedia.org/wiki/Direitos\\_Humanos](http://pt.wikipedia.org/wiki/Direitos_Humanos). Acesso em: 05/10/2009.  
<http://sme.fortaleza.ce.gov.br/>>. Acesso em: 28/10/2009.  
<http://sam.fortaleza.ce.gov.br/>>. Acesso em: 30/10/2009.

LIMA, Renato Sérgio de; PAULA, Liana de (Org.). **Segurança pública e violência: o Estado está cumprindo seu papel?**. São Paulo: Contexto, 2006. 175 p.

MACHADO, Hugo de Brito. **Comentários ao Código Tributário Nacional – Volume III**. São Paulo: Atlas, 2005.

MANINGUENEAU, Dominique. **Novas Tendências em análise de discurso**. Campinas: Pontes, 1997.

MINAYO, M.C.S. (org.) **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.

MEIRELLES, HELY Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**, 9ª ed. São Paulo: Malheiros, 1990, p.221/222.

MELO, Celso Antonio Bandeira de. **Prestação de Serviço Público e Administração Indireta**, 2ª ed. São Paulo, Editora RT, 1979. MENEZES, Olindo Herculano. **Considerações em torno da segurança e da cidadania**. *Revista do Tribunal Regional : 1 Região*, Brasília, v. 19, n. 5, p. 33-45, maio, 2007.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo: estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006.300p.

Reúne estudos publicados em revistas especializadas nos últimos dez anos. Traça um painel da criminalidade e violência urbana no Brasil a partir da década de 70. Aborda problemas como crime e pobreza, o banditismo urbano, drogas e narcotráfico.

MORIN. Edgar. "**Cultura de Massas no Século XX, o espírito do tempo - I , neurose**" Rio de Janeiro: Forense, 1990.

OLIVEIRA, Djalma. **Planejamento Estratégico – Conceitos, Metodologia, Práticas**. 11ª edição, São Paulo, Editora Atlas S/A, 1997.

PAULILO, Mª Ângela S. **A pesquisa qualitativa e a história de vida**. SERVIÇO SOCIAL EM REVISTA. Cidade: Instituição, Vol. 2, nº , Jul/Dez, 1999.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do desenvolvimento humano**. Lisboa: Tricontinental,1994.

PROENÇA Jr, D. e MUNIZ, J. "**Rumos para a Segurança Pública no Brasil – O desafio do trabalho policial**". In Bartholo, R. e Porto, M.F. (orgs.) **Sentidos do Trabalho Humano**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2006: 257-268.

Relatório Banco Mundial. 2006.

SILVA, de Plácido. **Vocabulário Jurídico**, 4ª ed. 1975, volume III, ed. Forense São Paulo, p.1249.

SOIBELMAN, LEIB. **Enciclopédia do Advogado**, 5ª ed. Rio de Janeiro: Thex Editora, 1994.

TELLES, Vera-**Violência e Cidadania-InViolência no Esporte**. Vários autores. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. São Paulo, 1996.

## **ANEXOS**

**ANEXO A - PORTARIA DO DIRETOR GERAL DA GMDCF QUE PROIBI O PORTE DE ARMA .**

**GUARDA MUNICIPAL E DEFESA CIVIL DE FORTALEZA  
PORTARIA Nº 192/2009 – PUBLICADA no DOM em 03/SET/2009**

O DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL E DEFESA CIVIL DE FORTALEZA, no exercício de suas atribuições legais que lhe confere o art. 6º, III, da Lei Complementar 004 de 16 de julho de 1991, bem como o art. 173, da Lei Complementar Municipal nº 037/2007, que institui o Regulamento Disciplinar Interno - RDI dos Servidores da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza. CONSIDERANDO a Lei Complementar Municipal nº 037/2007, que institui o Regulamento Disciplinar Interno - RDI dos Servidores da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza, no que tange à emissão de Portarias Disciplinadoras sobre assuntos relacionados à aplicação das normas de organização da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza. CONSIDERANDO a necessidade de cada vez mais regulamentar as atividades funcionais dos Servidores da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza. CONSIDERANDO ainda o dever de cumprir o Estatuto do Desarmamento (Lei Federal nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003), bem como a legislação pertinente a matéria de que trata o citado Estatuto, ou seja, o uso de arma de fogo em nosso país. RESOLVE conforme itens a seguir:

Art. 1º - É vedado, nos termos do Estatuto do Desarmamento (Lei Federal nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003), bem como da legislação pertinente a matéria de que trata o citado Estatuto, o uso de arma de fogo em serviço por parte dos servidores da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza.

Art. 2º - O descumprimento ao que dispõe o art. 1º desta portaria, no âmbito administrativo, configura infração disciplinar a ser apurada pela Corregedoria da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza nos termos da Lei Complementar Municipal nº 037/2007, que institui o Regulamento Disciplinar Interno - RDI.

Art. 3º - A Corregedoria da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza adotará ações e medidas para esclarecer os servidores sobre o que dispõe o Estatuto do Desarmamento, Lei Federal nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, bem como da Legislação pertinente a matéria de que trata o Estatuto.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**GABINETE DO DIRETOR GERAL DA GUARDA MUNICIPAL E DEFESA CIVIL DE FORTALEZA, em 24 de agosto de 2009.**

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

**José Arimá Rocha Brito –  
DIRETOR GERAL.**

## **ANEXO B – ROTEIRO DAS ENTREVISTAS:**

PARA OS ALUNOS DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JOSÉ AYRTON TEIXEIRA.

- 1- Sabe diferenciar um guarda do ROPE de outro guarda municipal? Qual a diferença?
- 2- Como você avalia o serviço prestado pela guarda municipal através do pelotão de ronda escolar em sua escola?
- 3- Como é o relacionamento da ronda escolar da guarda municipal com os alunos?
- 4- Você já foi, ou conhece alguém que foi abordado pelos guardas da ronda escolar? Como foi a abordagem?
- 5- Você se sente mais seguro com a presença dos Guardas da ROPE na sua escola?
- 6- A ronda escolar se faz presente nos horários mais críticos de sua escola, quer seja, início e final de aula?
- 7- Na sua opinião o que deveria melhorar para a segurança da escola e dos alunos?
- 8- Como você avalia a participação da Guarda Municipal na segurança de sua escola através do pelotão ROPE?

PARA OS FUNCIONÁRIOS DA ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL JOSÉ AYRTON TEIXEIRA.

- 1- Como é o relacionamento da ronda escolar com a escola?
- 2- Normalmente qual o horário de visita da ronda escolar?
- 3- Vocês notam alguma diferença entre um guarda do ROPE e outro que não seja da ronda escolar?
- 4- Qual o tempo médio que o ROPE demora para chegar à escola após ser acionada para uma ocorrência?
- 5- Sempre que a ROPE é solicitado, este atende prontamente e com eficiência?
- 6- Qual os horários mais críticos na escola, aquele que mais precisa da presença do Guarda Municipal?
- 7- Os guardas do ROPE somente ronda a escola ou também fazem permanência?
- 8- Com que frequência à ronda escolar visita a escola?

PARA OS GUARDAS MUNICIPAIS INTEGRANTES DO ROPE.

- 1- O que é necessário para ser um guarda da ronda escolar?
- 2- Existe alguma diferença na formação profissional do guarda do ROPE? O que seria?
- 3- Qual a maior dificuldade encontrada na realização da Ronda Escolar?
- 4- Ao chegar na escola, qual a primeira providência a ser tomada, primeiro lugar a ser observado, ou seja, como se comportam os integrantes do ROPE?
- 5- As abordagens contra elementos em atividades suspeitas (não alunos) são feitas dentro ou fora da escola?
- 6- Qual a frequência das visitas do pelotão ROPE a escola de Ensino Fundamental José Ayrton Teixeira?
- 7- Qual a proposta pedagógica do ROPE?
- 8- Trabalhar no ROPE foi uma opção sua? O que motivou?